

Ouvidoria do Mar

Cúpula dos Povos na Rio + 20



**CÚPULA
PEIXEIRA**

Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2012

OUVIDORIA DO MAR

“Compreender a crise para formular agendas proativas e integradas entre redes marinhas-costeiras”

Organização

GT-Oceanos (Cúpula Peixeira); Rede Meros do Brasil; Observatório do Litoral Catarinense

Facilitação

Leopoldo Cavaleri Gerhardinger; Fabiano Grecco de Carvalho; Cristiana Simão Seixas; Fabricio Gandini; Sidney Lianza; Carlos Valle

Relatoria

Leopoldo Cavaleri Gerhardinger; Fabiano Grecco de Carvalho; Juliana Adriano; Paulo Garreta Harkot; Fabricio Gandini; Iara Mares; Carlos Valle; Mariana Paul de Souza Mattos; Maiti Mattoso Fontana; Fábio Vaccaro de Carvalho; Sabrina Schneider

Blogg

<http://ouvidoriadomar.tumblr.com>

Página no Facebook

<http://www.facebook.com/pages/Ouvidoria-do-Mar/507764119240085>

Grupo de Debates no Facebook

<http://www.facebook.com/groups/336706963028212/>

E-Mail

ouvidoriadomar@gmail.com

Citação relatório-base:

OUVIDORIA DO MAR (2012) Compreender a crise para formular agendas proativas e integradas entre redes marinhas-costeiras. Relatório-base de atividade auto-gestionada realizada na Cúpula dos Povos (18 de junho de 2012). Rio de Janeiro, Brasil, 44 pp.

Sumário

Apresentação	5
Relatoria da Ouvidoria do Mar	7
Abertura do Evento	7
<u>Intervenção Artística “Pacacoenco quer Voar” / Charles ‘Ospália’ (09h30min)</u>	
Apresentações gerais	7
<u>Dr. Marcus Polette</u>	
<u>Paulo Garreta Harkot</u>	
<u>Marizélha Carlos Lopes</u>	
<u>Sebastian Matthew</u>	
<u>Dra. Beatrice Padovani Ferreira</u>	
<u>Encaminhamentos para as rodas de diálogo</u>	
Rodas de Diálogo	15
<u>Grupo Gestão Costeira Integrada</u>	
<u>Grupo Áreas Marinhas Protegidas e Pesca</u>	
<u>Reunião final: Síntese do trabalho em grupo</u>	
Diálogos de Desenvolvimento Sustentável:	
Oceanos (19 de junho de 2012)	19
<u>Mr. Arthur Bogason</u>	
<u>Richard Delaney -</u>	
<u>Dr. Jean-Michel Cousteau</u>	
<u>Dr. Sylvia Earle</u>	
<u>Dr. Segen Farid Estefen</u>	
<u>Dr. Robin Mahon</u>	
<u>Ms. Margareth Nakato</u>	
<u>Dr. Ussif Rashid Sumaila</u>	
<u>Mr. Shaj Thayil</u>	
<u>Ms Asha de Vos</u>	
<u>Intervenção N1: Sr. Saraday</u>	
<u>Intervenção N2: Sr. Senador Rodrigo Rolemberg</u>	
<u>Respostas Intervenção N1</u>	
<u>Intervenção N3: Olav Kjørven (Secretário-Geral Assistente do Bureau de Políticas Internacionais do UNDP)</u>	
<u>Respostas Intervenção N3</u>	
<u>Intervenção N4: Miller Dias (estudante de Teologia)</u>	
<u>Respostas Intervenção N4</u>	
<u>Encaminhamentos Finais DDS- OCEANOS</u>	
Avaliação geral do campo socioambiental sobre a Rio+20 (23 de junho de 2012)	30
Moções e Manifestos	32
Agradecimentos	33
Anexos	42

Lista de tabelas

TABELA I: Lista de presença na Ouvidoria do Mar (18 de junho de 2012) no período matutino (apresentações gerais).....**34**

TABELA II: Lista de presença na Ouvidoria do Mar (18 de junho de 2012), sub-grupo Áreas Marinhas Protegidas e Pesca.....**38**

TABELA III: Lista de presença na Ouvidoria do Mar (18 de junho de 2012), sub-grupo Gerenciamento Costeiro Integrado.....**40**

Lista de caixas

Caixa 1: Lista de recomendações para apreciação e votação no Diálogos de Desenvolvimento Sustentável (tema Oceanos).....**19**

Caixa 2: Lista de proposições aprovadas no Diálogo de Desenvolvimento Sustentável (tema Oceanos).**29**

Apresentação

A proposta de realização de uma *Ouvidoria do Mar* como atividade auto-gestionada na Cúpula dos Povos, surgiu em uma reunião do Campo Socioambiental¹ realizada no Rio de Janeiro em 21 de Março de 2012. A atividade foi proposta diante da percepção de que era necessário buscar convergência da sociedade civil para refletir sobre os temas costeiros-marinhos da atualidade, e a Cúpula dos Povos se mostrava como uma oportunidade de congregação e diálogo em um espaço-tempo livre das corporações e autônomo dos governos².

A atividade, inicialmente proposta pela Rede Meros do Brasil³ e Observatório do Litoral Catarinense⁴, passou a ser auto-gestionada também pelos integrantes da Cúpula Peixeira⁵ (Grupo de Trabalho – Oceanos)⁶. A organização da Ouvidoria do Mar passou assim, a evoluir e a se concretizar sob estas condições, com uma natureza política híbrida e com a finalidade de facilitar a emergência e convergência de pleitos e representações da sociedade civil acerca dos temas costeiros-marinhos da atualidade.

Estas organizações se prepararam e divulgaram a atividade via e-mail e redes sociais através de três chamadas públicas (português/inglês) para a adesão e possível participação institucional na Ouvidoria do Mar (1^a em 02/05/2012; 2^a em 05/06/2012; 3^a em 14/06/2012). No total, foram recebidas 24 fichas de adesão ao evento. O conteúdo das fichas indicou, por sua vez, as temáticas e expectativas para a convergência diante do objetivo geral de *“Compreender a crise para formular agendas proativas e integradas entre redes marinhas-costeiras”*. Neste sentido, quatro palestrantes⁷ foram convidados a compartilhar apontamentos gerais sobre a temática costeira-marinha no Brasil com a finalidade de estimular as rodas de diálogo. Além destas representações da sociedade civil, foram também encaminhados convites para a participação de órgãos fiscalizadores como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal.

No dia 17 de junho de 2012, ocorreu no Aterro do Flamengo uma reunião geral de planejamento da Ouvidoria do Mar, com a participação de inúmeras instituições e pessoas com interesse e disponibilidade de contribuir com a organização do evento. Assim, no dia 18 de Junho de 2012, as atividades previstas para a Ouvidoria do Mar

¹ Campo socioambiental é um grupo composto de redes e parceiros da sociedade civil que lidam com questões socioambientais, cidadania e justiça no desenvolvimento humano. Suas reuniões foram iniciadas em 2011 no Jardim Botânico no Rio de Janeiro, sendo esta a 4^a reunião de articulação em redes do movimento socioambiental com vistas a participação na Rio+20.

² Ver documento de metodologia da Cúpula dos Povos.

³ www.merosdobrasil.org

⁴ www.observatoriodolitoral.ufsc.br

⁵ Grupo da *Cúpula Peixeira* foi criado no Facebook, em 24 de abril de 2012, para facilitar a comunicação não-local de pessoas e instituições com interesse na articulação para participação na Cúpula dos Povos. Reuniões presenciais ocorreram semanalmente em Itajaí/SC. A memória de comunicação do grupo pode ser visualizada em <http://www.facebook.com/groups/374773835899344>

⁶ *GT-Oceanos* foi criado em 8 de maio de 2012 no Facebook para facilitar a comunicação não-local sobre a temática geral Oceanos no âmbito da Cúpula Peixeira, em particular para a organização da Ouvidoria do Mar. O nome do grupo nesta rede social foi convertido para *Ouvidoria do Mar* em 23 de julho de 2012 como forma de preservar a memória do processo e facilitar futuras comunicações. Para inscrição e acompanhamento acessar: www.facebook.com/groups/336706963028212/

⁷ Dr. Marcus Polette; Msc. Paulo Garreta F. Harkot; Marizelha Carlos Lopes; Dra. Beatrice Padovani Ferreira.

ocorreram na Tenda FBOMS (Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais) - Campo Socioambiental n.1 (Vasconcelos Sobrinho) no Aterro do Flamengo, na Cúpula dos Povos. Estiveram presentes integrantes de mais de 70 instituições e redes de pesquisa e ação. O evento se desdobrou durante o dia (manhã/tarde) com quatro palestras e duas rodas de diálogo sobre os temas: 1) Gestão Costeira Integrada e; 2) Áreas Marinhas Protegidas e Pesca. A facilitação procurou, sempre que possível, respeitar os três Eixos Orientadores do processo da Cúpula dos Povos, a saber: 1. entender a crise civilizatória e as falsas soluções; 2. proposição de alternativas e; 3. planejamento de ações integradas futuras.

Ainda no dia 18 de junho, os participantes da Ouvidoria do Mar decidiram que era importante acompanhar como observadores o evento denominado Diálogos de Desenvolvimento Sustentável (DDS) - tema Oceanos. Os DDS aconteceram no Riocentro, entre 16 e 19 de junho, com objetivo de promover o debate e a reflexão, sobre dez temas específicos, entre representantes da sociedade civil, incluindo setor privado, ONGs, academia, entre outros. As recomendações foram levadas à apreciação dos Chefes de Estado e de Governo presentes na Cúpula da Conferência oficial. O tema Oceanos foi discutido no dia 19 de junho, nesta iniciativa promovida pelo governo brasileiro que teve o objetivo de legitimar a “participação” da sociedade civil nos debates da Rio+20.

Durante o período de realização da Cúpula dos Povos e através dos encaminhamentos nas fichas de adesão, foram compiladas moções, manifestos e cartas abertas que partem da sociedade civil nacional e internacional. Este documento apresenta a relatoria de todo este processo.

Relatoria da *Ouvidoria do Mar* (18 Junho de 2012)

Abertura do Evento

As atividades foram iniciadas pelo facilitador Leopoldo Cavaleri Gerhardinger⁸ que na ocasião acolheu os participantes, desejando-lhes boas vindas e agradecendo aos integrantes da Cúpula Peixeira, Rede Meros do Brasil e Observatório do Litoral Catarinense pelo apoio na viabilização do evento. Ele destacou a confiança demonstrada por todos os presentes, ressaltando que muitos não se conheciam pessoalmente, tendo em vista que o evento só foi possível devido à utilização de plataformas virtuais de comunicação. Observou a convergência de pessoas com diferentes níveis de experiência e engajamento, desde estudantes universitários até profissionais com grande experiência e bagagem, e até mesmo, alguns participantes da Rio 92. Descreveu a Ouvidoria do Mar como uma oportunidade no espaço e no tempo para ‘ouvir’, agregar e sistematizar ideias e pensamentos para então formular agendas propositivas, apontando caminhos possíveis e novos paradigmas.

Intervenção Artística: “Vagabundo” / Charles Augusto - www.ospalia.com.br
(09h30min)

Apresentações gerais

Dr. Marcus Polette⁹ (09h42min)

O palestrante trouxe um diagnóstico sobre a condição geral do gerenciamento costeiro integrado no Brasil, base para os objetivos do Observatório do Litoral Catarinense e ideias para a Ouvidoria do Mar.

Segundo Polette, o contexto populacional global traz desafios para a governança em um planeta com aproximadamente 7 bilhões de pessoas, 60% vivendo até 100 km do litoral e projeções de que 80% viverá até 60 km da costa em 2025. Vivemos em um planeta urbano. Desde 2008, 51% da população mundial vive em cidades. Atualmente, 17 megacidades, das 23 existentes, estão situadas em zonas costeiras. E, até 2025, estima-se que teremos 48 megacidades distribuídas pelo planeta. Um exemplo incrível da taxa de aumento populacional em regiões costeiras parte de Lagos (Nigéria), onde chegam 350 mil pessoas por ano.

De acordo com o artigo 225 da Constituição Brasileira, a Zona Costeira é patrimônio nacional. Esta encontra-se sob pressão de uma nova fase de crescimento econômico do país, marcada pela exploração de petróleo na camada do Pré-Sal. Nesta zona se concentram 46 milhões de pessoas (23% da população brasileira), 16 regiões metropolitanas e uma megacidade (Rio de Janeiro). Apesar de representar cerca de 4,3% do território brasileiro e 6,8% dos municípios, a Zona Costeira é responsável por aproximadamente 51% do Produto Interno Bruto. O litoral apresenta paradoxos, pois ao

⁸ Oceanógrafo (Universidade do Vale do Itajaí); mestrado em Conservação da Natureza (University College London); doutorando do Programa Interdisciplinar em Ambiente e Sociedade (Universidade Estadual de Campinas).

⁹ Geógrafo (Fundação Universidade Rio Grande - FURG); Oceanólogo (FURG); Mestrado e Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais (Universidade Federal de São Carlos); Pós-Doutorado (Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Pablo de Olavide).

mesmo tempo que oferece potencialidades apresenta problemas graves. Dentre as causas dos problemas foram apontadas as dimensões políticas, administrativas, institucionais e ecológicas.

Sob o ponto de vista **político**, predominam oligarquias e cargos comissionados prejudicando a visão de longo prazo. Políticas partidárias ainda são incoerentes e sem fundamentos ideológicos consistentes com as políticas públicas. Políticos locais com frequência dificultam a implementação da legislação e predominam traços de corporativismo e clientelismo. Os problemas **institucionais** são graves, incluindo a fragmentação horizontal e vertical, com a sociedade civil bastante desarticulada das relações de poder entre governos e iniciativa privada.

As ações de longo prazo são muito limitadas. Em muitas ocasiões, o empoderamento de comunidades é dirigido por oportunistas com visão pessoal ao invés de coletiva. Do ponto de vista **administrativo**, pode-se citar a falta de estrutura física e recursos humanos. Processos de licenciamento ambiental inconsistentes são frequentes, as dificuldades de fiscalização são enormes e a participação social ainda muito pequena. Políticas públicas não estão integradas e não possuem visão de longo prazo. Embora conhecimento científico tenha sido produzido nas últimas décadas, o entendimento da estrutura dos ambientes costeiros e sua resiliência é muito pequeno.

Tratou sobre alguns desafios de governança, como a integração de atores em processos de gestão pública e privada. Comentou que pesquisas nesta área ainda são setorializadas, *i.e* estudos sobre a pesca não consideram as dinâmicas do turismo e processos urbanos. Um desafio que se impõe está na integração das políticas públicas. Como integrar instrumentos para criar sinergia de maneira muito mais rápida? Neste aspecto, deve-se considerar que os tempos da iniciativa privada são curtos, os tempos do governo são de quatro anos, enquanto a sociedade civil mobiliza-se esporadicamente.

No Brasil, políticas públicas na zona costeira existem desde 1973. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro foi criado em 1988, atualizado em 1997 e regulamentado em 2004 (revisão do Plano de Ação Federal em 2005). No entanto, não são observados progressos significativos em sua implementação. Uma novidade, que parece ser promissora, é a inserção do Programa Temático *Mar, Zona Costeira e Antártica*, no Plano Plurianual 2012-2015. Tal inclusão, talvez permita a criação de um Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas, facilite a destinação de recursos para educação, formação, pesquisa, gestão e monitoramento na zona costeira-marinha.

Argumentou que o Gerenciamento Costeiro deve ser efetivado como uma política de Estado e que medidas devem ser adotadas para fortalecer esta abordagem.

Na sequência, apresentou as conclusões gerais do *Diagnóstico da Gestão Costeira no Brasil*, realizado entre 2004-2006, em parceria com o Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC). Em linhas gerais, foram quatro recomendações que continuam válidas: 1) Fomentar e apoiar a participação efetiva da sociedade por meio de mecanismos de empoderamento e gestão compartilhada; 2) promover e incentivar articulações entre a sociedade, Estado e terceiro setor; 3) promover articulação entre órgãos governamentais que atuam na zona costeira por meio de parcerias e; 4) integrar as políticas públicas na zona costeira.

A partir destas conclusões, durante os anos de 2005 e 2006, foi gestado o Observatório do Litoral Catarinense (OLC). Esta iniciativa buscou implementar uma estrutura voltada para o fortalecimento e intercâmbio entre a comunidade científica e as comunidades litorâneas para subsidiar as ações do Ministério Público Federal nas ações de gerenciamento costeiro. Dentre os objetivos do OLC destacam-se:

- Promover um estilo de gestão mais democrático e participativo;
- Contribuir para a construção e difusão de um banco de dados sobre a zona costeira;
- Estimular a integração de equipes de pesquisa inter e transdisciplinares que mantenham linhas de pesquisa sobre modos de apropriação de recursos naturais de uso comum e sobre a dinâmica de sistemas de gerenciamento costeiro integrado;
- Estimular a integração de estudantes de graduação e pós-graduação em pesquisas sobre a zona costeira;
- Montar uma base conceitual em todos os currículos de gestão costeira no Brasil, oceanografia, direito, sociologia, biologia;
- Apoiar iniciativas de auto-organização comunitária na gestão de áreas protegidas de uso sustentável.

O OLC possui representantes vinculados à Universidades em cada região do litoral catarinense. Num primeiro momento, a aproximação ao Ministério Público não frutificou, contudo recentemente a parceria tem se fortalecido.

O OLC já ofereceu cursos regulares e iniciou a implementação do Banco de Dados. Na próxima fase serão trabalhados indicadores socioambientais construídos a partir de fichas de avaliação anual sobre o estado do gerenciamento costeiro em Santa Catarina. A proposta é que os indicadores possam informar e dar transparência à tomada de decisão por meio de um relatório de qualidade ambiental que inclua variáveis ecológicas, sociais, econômicas e institucionais. Espera-se oferecer uma base para avaliar a performance dos políticos.

Polette argumentou que os processos de gestão começam pequenos e crescem a partir da criação de sinergia. Para ele a integração do OLC na Ouvidoria do Mar é vista como possível diante da necessidade de sinergia para a formação e capacitação, criação de banco de dados, indicadores de performance, material didático, integração da sociedade civil organizada com a iniciativa privada e Ministério Público Federal. Indicou que é importante trazer clareza sobre as “regras do jogo”, maior transparência e formar novas lideranças políticas com engajamento nas dinâmicas em nível municipal.

Por fim, afirmou que a sociedade civil está vivendo um processo caótico na abordagem da problemática da zona costeira, mas que reuniões recentes, como a Ouvidoria do Mar, servirão para convergência e aprimoramento da estrutura.

Msc. Paulo Garreta Harkot¹⁰ (10h08min)

O palestrante apresentou uma síntese sobre a evolução do Gerenciamento Costeiro no Brasil desde 1992, argumentando que muitos objetivos incluídos no Capítulo 17 da Agenda 21 sobre a zona costeira já foram alcançados ao menos no papel. Informou que desde 1985 trabalha com gestão costeira, quando participou de um projeto de pesquisa desenvolvido pela Fundação Universidade Rio Grande (FURG), onde foi testada metodologia de macrozoneamento costeiro - criada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) na Baía de Sepetiba.

Elucidou que inicialmente faltava fundamentação científica para comprovar os problemas ambientais, como comumente alardeado pelos professores e pesquisadores da época. Com a realização do projeto citado acima, avançou-se no mapeamento e identificação dos ecossistemas e dos principais problemas que ameaçavam a integridade e manutenção das suas características e propriedades.

¹⁰ Oceanólogo (Fundação Universidade Rio Grande); Mestre em Saúde Pública (Universidade São Paulo); Especialização em Gestão Universitária (Centro Universitário Monte Serrat).

Quanto ao significado do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), apresentou informações a partir do período da Ditadura Militar. Argumentou que mesmo diante deste cenário político considerado sombrio, foi instituído o ambicioso PNGC de 1988 que, ainda hoje, impressiona pela abrangência e fundamentação com que trata temas tão atuais. Segundo Garreta, com o início do processo de democratização, esperava-se que o Estado fosse capaz de se organizar para fazer valer os instrumentos legais. Contudo, constatou-se que o Estado foi apropriado por grupos de interesse particular e desde então as políticas de Estado (ex. PNGC) não são implementadas, pois não interessa aos políticos.

O palestrante defendeu que algumas características da zona costeira brasileira (ex. elevada concentração do PIB brasileiro, inúmeros portos e pólos industriais, intenso movimento turístico, entre outras atividades) contribuíram para que as políticas públicas voltadas à conservação dos ambientes costeiros não saíssem do papel.

Destacou que em 1985 o professor Dr. Antônio Carlos Diegues fez um primeiro levantamento do litoral brasileiro. Em 1992, com a realização do Diagnóstico Ambiental, Político e Institucional do PNGC, passou-se a dispor de um retrato bem mais detalhado das principais características e problemas que afetam a zona costeira brasileira. Este estudo foi elaborado a partir de uma visita aos 17 estados litorâneos brasileiros e às principais instituições que atuavam sobre esse bioma no nível Federal. Obteve-se, como resultado, um grande acervo de informações que possibilitou a elaboração de mapas e cartogramas que representavam as principais características da zona costeira brasileira. Estas informações subsidiaram a identificação de 97 trechos do litoral que apresentavam tipos de atividades socioeconômicas semelhantes. Esta experiência também permitiu inferir que o estado de saúde ambiental de cada região poderia ser representado por quatro tipologias: áreas ambientalmente críticas, degradadas, alteradas e salvaguardas.

Adicionalmente, constatou-se neste estudo que: i) alguns estuários estavam passando por intenso processo de alteração e descaracterização; ii) os ecossistemas costeiros eram abordados isoladamente dos terrestres; iii) os estados não se preocupavam com a gestão da pesca artesanal e; iv) a maioria dos estoques pesqueiros já apresentavam-se em situação de sobre-exploração nas regiões sul, sudeste e nordeste, além da região norte.

Outro resultado deste estudo foi a constatação de que existiam diferentes “gerenciamentos costeiros” como decorrência da formação profissional do coordenador de cada Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. Assim, no Amapá (coordenado por biólogo), o foco estava voltado em espécies ameaçadas de extinção. No Pará (coordenado por geólogo) o foco era sobre áreas inundadas e material sedimentar para aterro. No Maranhão (coordenado por arquiteta) a atenção era voltada para as questões afeitas à ambiência marinha, infraestrutura turística, acessos e apoio à malha viária urbana. Esse trabalho subsidiou a publicação do livro *‘Zona Costeira Brasileira: Subsídios para uma Avaliação Ambiental’* (1994).

A atenção do PNGC, nesse primeiro período, esteve voltada para a elaboração de leis e marcos institucionais ao invés de ações para a geração de informações para fins de implementação dos princípios e objetivos. Faltava à época a internalização da temática marinha costeira nas instituições públicas e políticas setoriais. A morosidade da justiça gerava uma condição em que era mais vantajoso questionar a lei e, eventualmente, pagar as multas do que ajustar-se às regras. As Unidades de Conservação costeiras e marinhas existentes até então não contemplavam ecossistemas importantes ao se considerar o bioma Zona Costeira, como definido pela Constituição Federal.

A título de conclusão, constatou-se que os ambientes costeiros-marinhos que mantinham suas propriedades e características originais eram resultado da falta de acesso rodoviário e não resultado da execução de políticas ambientais nos diferentes níveis do poder executivo.

Entre 1992-2011, a quantidade de informações geradas e disponibilizadas posteriormente na Internet foi enorme. Um exemplo citado refere-se à iniciativa denominada ‘*Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade marinha e costeira*’ realizada em 1998. Informou, contudo, que este documento não deve ser visto como um instrumento norteador de ações e políticas públicas. Ao contrário, tem um caráter apenas informativo.

Gradualmente houve um grande avanço na internalização da temática marinha costeira nas políticas setoriais. Como exemplo, citou que hoje todos os estados possuem políticas estaduais na zona costeira. Mesmo assim, os problemas ambientais aumentaram e estão hoje mais disseminados do que em 1992. Mais recentemente, outros problemas surgiram com a questão dos plásticos, das espécies invasoras, do turismo desordenado e, atualmente, a questão de exploração do petróleo associada ao Pré-Sal.

Reconheceu o avanço recente do poder executivo Federal na medida em que diversas ações voltadas à gestão costeira e marinha estão previstas no Plano Plurianual – PPA de 2012 a 2015. Observou, contudo, que a liberação dos recursos apenas no final do ano fiscal, no final de Setembro ou início de Outubro, inviabiliza o uso do recurso reservado em função da exiguidade do tempo.

Apontou ainda outros obstáculos como: i) a falta de equipes preparadas para lidar com a temática do gerenciamento costeiro; ii) a predominância de cargos comissionados e políticos nas funções diretivas dos órgãos ambientais; iii) o desmantelamento da legislação ambiental e do aparato de gestão ambiental no nível Federal e, em alguns casos, estadual – como nos estados de São Paulo e Santa Catarina, entre outros; iv) a inexistência de possibilidades de se considerar, nos Planos Diretores Municipais, requisitos e instrumentos importantes para a gestão costeira do território dos municípios, ao citar os mecanismos e estratégias de ação do poder executivo.

Diante deste quadro, a instituição do PNGC II, regulamentado em 2004, contribuiu para excluir do PNGC os princípios estipulados em 1988 voltados à utilização adequada e sustentada dos atributos e recursos afeitos à diversidade e produtividade biológica dos ecossistemas costeiros. Além disto, transformou o PNGC em um instrumento de ordenamento de uso do espaço emerso da zona costeira que não considera os ecossistemas aí presentes, priorizando a expansão das atividades socioeconômicas.

Ressaltou ainda que a cisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a criação do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) resultou da abordagem segmentada e setorial da questão ambiental. Reservou-se ao primeiro a parte *suja e feia* da gestão ambiental (ex. licenciamento, fiscalização e autuação), enquanto ao último reservou-se a parcela *romântica, bonita e lucrativa* do patrimônio natural brasileiro (ex. unidades de conservação e espécies sob risco de extinção).

Elucidou que os aparentes avanços que surgiram como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) ocorrem com foco nas Unidades de Conservação (UCs) com elevado potencial de gerar divisas em detrimento da manutenção da heterogeneidade espacial e da manutenção da diversidade biológica.

Argumentou que a ênfase está focada na terceirização de serviços e no uso da compensação ambiental de empreendimentos ambientalmente impactantes para fins de implantação de UCs de proteção integral. Neste sentido, sugeriu que atividades econômicas com elevado potencial para descaracterizar e degradar as qualidades ambientais da zona costeira podem ser estimuladas quando associados aos mecanismos econômicos tradicionais.

Ainda, destacou que a recorrente utilização de estratégias associadas às espécies bandeiras (ex. tartarugas marinhas, peixe-boi, aves e outros mamíferos marinhos) tem contribuído para a realização de marketing verde por empresas com alto potencial de degradação ambiental. Sugeriu que tais estratégias deveriam contribuir para a gestão do patrimônio e do capital natural brasileiro, representados pelos serviços ecossistêmicos oferecidos em uma perspectiva de médio e longo prazo.

Ressaltou também que as características do modelo de gestão política adotado (presidencialismo) encontra-se aprisionado pelos compromissos econômicos de curto prazo e pelas campanhas eleitorais. Apontou o distanciamento dos pesquisadores e da academia das políticas públicas e a falta de cobertura das temáticas marinhas e costeiras pela mídia.

Dentre as recomendações, o palestrante sugeriu: i) uma maior integração e disseminação de informações a respeito da zona costeira marinha para estimular e fundamentar as discussões; ii) a ação de divulgação enérgica e incansável das ações realizadas pelo representantes instalados nos cargos executivos e legislativos e; iii) estimular a discussão de novos modelos e paradigmas de gestão do patrimônio e capital natural brasileiro que não estejam à mercê dos interesses temporários e pecuniários de curto prazo que geralmente norteiam a ação do governo.

Nesse contexto, o desejável é que se passe a dispor de estrutura para administração e gestão do patrimônio natural independente da ação do executivo e legislativo. Esta estrutura deveria adotar estratégia e mecanismo capaz de diminuir o risco de que ações sectárias e econômicas imediatistas determinem a destruição irreversível do maior patrimônio que os seres humanos dispõem (incluindo as próximas gerações) – o capital e patrimônio natural.

Marizélha Carlos Lopes (10h42min)

A palestrante apresentou os desafios que os pescadores artesanais enfrentam para proteção dos ecossistemas, de sua cultura e diversidade de modos de vida. Ofereceu então uma contextualização em que a condição dos pescadores e pescadoras como responsáveis por 70% da produção pesqueira e, portanto, pela soberania alimentar na zona costeira não vêm sendo reconhecida. Explicou que a essência da pesca artesanal não está vinculada à lógica de acumulação capitalista. Dentre os inúmeros problemas enfrentados descreveu os conflitos com grandes empreendimentos aquícolas no Nordeste e outros processos de privatização das águas, *i.e.* como o caso dos parques eólicos. Denunciou que, embora o discurso aponte que a política pesqueira está voltada para pequenos pescadores em regime de produção familiar, na prática os benefícios permanecem nas mãos dos grandes empresários. Citou o exemplo de tentativa de cultivar Bijupirá (*Rachycentron canadum*) no Nordeste, que fracassou mesmo após grandes investimentos e a promessa de que iria mudar a vida dos pescadores.

Argumentou que o discurso segue com a lógica de transformar pescadores em aquicultores, enquanto a demanda é por investimentos na pesca artesanal. Discorreu sobre a problemática da carcinicultura, afirmando que esta traz prejuízos aos manguezais e portanto também a vida dos pescadores. Ressaltou também a preocupação

com as mudanças no Código Florestal, que podem trazer maior abertura para a utilização irresponsável, gerando danos às áreas de apicum, trecho não arbóreo importante do ecossistema manguezal.

Discorreu sobre a relevância e problemas associados à política energética, ressaltando a maneira como pescadores estão sendo envolvidos e atropelados. A título de exemplo, citou que audiências públicas e estudos de impacto ambiental estão sendo realizadas sem um efetivo envolvimento dos pescadores. Descreveu os conflitos com termoeletricas, parques eólicos e hidrelétricas. Sobre a relação com a exploração do petróleo, destacou o aumento na incidência de acidentes de navegação na Baía de Todos os Santos e o confronto direto com a Petrobras na baía de Sepetiba e em outras áreas.

Como resposta, elucidou que estão ocorrendo inúmeras ações como oficinas, seminários e mobilizações dos pescadores para garantir a continuidade dos estoques e a diversidade cultural. Destacou a recente iniciativa popular de proposta de Lei, lançada nos dias 5 e 6 de Junho de 2012 em Brasília, para a regularização dos territórios pesqueiros. Nesta ocasião um documento foi entregue no Congresso Nacional e é visto como mais um instrumento para a resistência dos modos de vida pesqueiros.

Destacou ainda, que o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) está articulando com outros movimentos como a Via Campesina, Red Manglar e organizações não governamentais. Por fim, comunicou a esperança de aliança dos demais participantes presentes na Ouvidoria do Mar para atingir um milhão trezentos e oitenta e cinco assinaturas. Ressaltou que o sistema não acolhe os pescadores e pescadoras, e por isto estão adotando a iniciativa de não esperar para buscar outros instrumentos de resistência.

Sebastian Matthew (11h08min)

Em sua apresentação o convidado discorreu sobre a expectativa de que a pesca artesanal tenha maior representação nos Grupos Majoritários (*Major Groups*) ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Destacou que a pesca artesanal vem ganhando reconhecimento nos debates sobre economia verde. Com relação à Conferência da ONU que ocorre paralelamente no Rio-Centro, elucidou que a pesca artesanal aparece por quatro vezes no capítulo de Segurança Alimentar: discussão sobre a diminuição do esforço de pesca e a aquicultura para a sustentabilidade de comunidades costeiras; relevância de ecossistemas saudáveis para o desenvolvimento da pesca e aquicultura; o direito ao acesso à informações sobre os territórios pesqueiros; reconhecimento da contribuição das mulheres e povos indígenas para o acesso e comercialização dos recursos pesqueiros. Ressaltou que dentre os pontos ainda não resolvidos está a problemática associada à prática de pesca em alto-mar, fora das zonas econômicas exclusivas.

Dra. Beatrice Padovani Ferreira¹¹ (11h18min)

A palestrante apresentou um panorama geral sobre desafios para a conservação da biodiversidade marinha no Brasil. Iniciou retomando o debate realizado em evento no dia 17 de Junho de 2012 no Parque dos Atletas promovido pela GBA/SBF/MMA,

¹¹ Ciências Biológicas (Universidade Santa Úrsula); Mestrado em Ciências Biológicas (Fundação Universidade Rio Grande); Doutorado Biologia Marinha (James Cook University Of North Queensland).

sobre “Biodiversidade Aquática, Conservação e Impactos”. Relatou que nesta ocasião discutiu-se desde o impacto das hidrelétricas na fauna de peixes até a problemática da pesca e de conservação de recifes de coral. Destacou um dos temas debatidos, referente ao licenciamento de empreendimentos, onde constatou-se que o licenciamento é fragmentado prejudicando o conjunto geral do processo de conservação da biodiversidade. Teceu críticas ao fato de que as empresas de consultoria são contratadas pelo próprio empreendedor. Demonstrou preocupação com empreendimentos que avançam sobre áreas públicas como Áreas de Preservação Permanente. Muitas vezes os licenciamentos não podem mitigar os danos e não deixam explícito à sociedade que as perdas são irreversíveis.

Observou que apesar de se discutir o uso dos mares há mais de dez séculos, hoje os impactos nos oceanos são cumulativos e não existem áreas isentas. Comentou que mesmo espécies de peixes extremamente fecundos estão ameaçados de extinção. Ressaltou que desde 1995 percebe que pescadores já comentavam que muitos peixes estavam sumindo e lamentou a perda de memória das gerações mais jovens (pescadores e cientistas) sobre a condição dos mares.

Abordou os desafios de fazer gestão da pesca artesanal, que esta é praticamente invisível aos mecanismos de monitoramento (*i.e.* PREPS).

Enfatizou a conectividade entre áreas marinhas. Por exemplo, várias espécies importantes economicamente desovam no mar e assentam nos manguezais (mecanismo conhecido como migração ontogenética). Assim, ressaltou que existe uma alta interdependência destas regiões e que, portanto, é importante conhecer e considerar todo o ciclo de vida das espécies e não apenas avaliações isoladas.

Sobre as reformas no Código Florestal, alertou para os perigos na interpretação do que consiste ‘uso sustentável’, já que com as alterações no código as APPs perdem seu status que lhes conferia certa equivalência com Unidades de Conservação de proteção integral. Assim, o Brasil andou em marcha a ré perante suas metas assumidas junto à CDB.

Padovani descreveu alguns desafios atuais da governança na área marinha, como a questão do petróleo e gás, sísmica e parques eólicos. Em relação ao papel das plataformas de petróleo na atração de peixes e formação de oásis de biodiversidade, destacou que estas atuam como agregadores de peixes e não produtores de biomassa pesqueira. O mecanismo de atração de peixes é parecido com o artefato de pesca conhecido como ‘marambaia’, cuja utilização no Nordeste do país é ampla e vem crescendo a cada dia, com o uso de materiais variados, o que precisa ser debatido e ordenado.

Abordando o discurso sobre o papel da aquicultura e turismo como atividades econômicas para os pescadores, elucidou que a pesca artesanal não é uma profissão mas uma maneira de viver. Notou que chama a atenção a continuidade da pesca em áreas urbanas mesmo em locais onde a poluição é acentuada, o que mostra a importância da atividade na segurança alimentar.

Mesmo diante da necessidade de organizar o uso dos mares, destacou que nenhuma Área Marinha Protegida foi criada no Brasil no último ano (2011). Discorreu sobre a relevância das Reservas Extrativistas Marinhas como alternativa para fortalecer a apropriação de territórios pesqueiros. Colocou também em destaque a necessidade de criação de santuários onde a pesca é restringida para contribuir com a diversidade genética das populações e reposição de estoques pesqueiros. Argumentou que a responsabilidade pela manutenção dos bens e serviços que retiramos da natureza é institucional e também comunitária. Por fim, relatou que a natureza se adapta e se

transforma mas com outros bens e serviços que não são necessariamente de interesse humano.

Encaminhamentos para as rodas de diálogo (11h40min)

Após finalizadas as apresentações dos palestrantes, foi apresentada a lista das instituições que responderam à primeira e segunda chamada da Ouvidoria do Mar, assim como os assuntos e temas mais representativos da expectativa de diálogo conforme informado pelas instituições colaboradoras. Os produtos esperados, conforme divulgado na segunda chamada para o evento, foram lidos ao público. Tendo-se em vista a necessidade de readequação do cronograma de atividades da Ouvidoria do Mar, os facilitadores voluntários se reuniram por alguns minutos e decidiram retomar o diálogo em dois sub-grupos a partir das 13hs. Os grupos ficaram assim divididos: 1) Áreas Marinhas Protegidas e Pesca e; 2) Gerenciamento Costeiro Integrado.

Rodas de Diálogo

Grupo Gestão Costeira Integrada

A identificação das demandas pela construção da gestão costeira integrada teve início com o grupo indicando pontos comuns entre as diferentes realidades, que elencou entraves, conflitos e possibilidades para encaminhamentos de resolução coletiva. A questão que direcionou as falas do debate foi: *O que temos em comum para agir coletivamente?*

Destacou-se os impactos dos programas de engenharias de grande porte (*i.e.* portos, turismo, extração mineral) na qualidade de vida das populações no entorno.

Discutiu-se sobre a necessidade do engajamento das redes na articulação e construção de projetos para a captação de recursos que visem buscar formas de solucionar os problemas.

As deficiências organizacionais da sociedade civil dificultam a ocupação de espaços públicos de tomada de decisão, que por consequência diminui a capacidade de demandar do poder público (*i.e.* Ministérios Públicos Estadual e Federal, Ministérios da Pesca, Meio Ambiente e Cidades) encaminhamentos e implementação de políticas públicas já existentes.

Tratou-se sobre obstáculos de comunicação, que recorrentemente geram entraves para a construção da gestão compartilhada de recursos e territórios. Seja pela falta de informação (quem são, onde estão os atores), seja pela postura de participar ou não dos espaços públicos, a troca de informações entre atores é prejudicada. Somando-se a estes pontos, existe a desconexão entre a linguagem utilizada pela academia e demais segmentos sociais.

Discutiu-se sobre a falta de integração entre ações de governança desenvolvidas pelas diferentes escalas governamentais.

Ficou patente a inacessibilidade às informações sobre o que está ocorrendo nos níveis federal, estadual e municipal (*i.e.* pouquíssimos atores acompanham o que ocorre na Comissão Interministerial sobre os Recursos do Mar). Neste sentido, recomendou-se um maior acompanhamento deste fórum pela sociedade civil e a cobrança de maior transparência sobre os debates que aí ocorrem. Uma das questões levantadas referiu-se à necessidade de avançar no entendimento e aplicação do Planejamento Espacial Marinho

como ferramenta de participação de grandes atores com ação na zona econômica exclusiva brasileira.

Com relação às Unidades de Conservação (UC) da categoria Área de Proteção Ambiental (APA), discutiu-se a fragilidade de o Conselho ser de caráter apenas consultivo, limitando o poder de decisão dos demais atores, especialmente dos que interagem mais diretamente com os recursos naturais em questão (*i.e.* pescadores e produtores rurais). Neste sentido, a sugestão do grupo é que se busquem mecanismos que viabilizem a transformação de conselhos consultivos destas APAs em deliberativos. Debateu-se sobre o papel que esta categoria de UC possibilita no âmbito da educação e aprendizado nos processos de gestão.

Não existem políticas públicas consistentes que favoreçam a gestão compartilhada de recursos pesqueiros e outros recursos de uso comum. Programas de estatística pesqueira são deficientes e tem utilizado como base levantamentos pretéritos. Por outro lado, existe a crítica à estes programas por considerá-los frágeis frente à urgência da crise dos sistemas ecológicos marinhos e à falta de foco nas abordagens ecossistêmicas para a gestão costeira.

Tratou-se também da ausência de pesquisas voltadas para a transformação e ação.

Após levantar estas questões comuns e relevantes ao grupo, passou-se ao ordenamento de propostas e do “como implementar”.

Levantou-se a necessidade da continuidade da Ouvidoria do Mar, seja enquanto uma entidade ou por meio da implementação de seus encaminhamentos. Neste sentido, aventou-se a possibilidade da constituição de um coletivo nacional de entidades afins ao tema, a mesma poderia congrega um grupo de trabalho constituído pelas redes já identificadas, tendo como foco a sociedade civil e seu funcionamento *bottom-up*. Seria relevante a participação de órgãos governamentais, por meio dos atores já parceiros, bem como do Ministério Público.

A implementação destas propostas demanda um levantamento das possíveis fontes de financiamento. Portanto, demarcou-se a observância de editais voltados para a pesquisa-ação, e a possibilidade de demandar o fundo de direitos difusos junto ao Ministério público.

Por fim, encaminhou-se que a o documento final da Ouvidoria do Mar deva ser encaminhado a todos os presentes na mesma.

Grupo Áreas Marinhas Protegidas e Pesca

A composição deste grupo de trabalho foi contemplada por uma expressiva diversidade de atores, com representações da academia, de pescadores e ONGs. As discussões foram abundantes e alguns participantes levantaram situações peculiares e específicas de suas regiões.

Um dos exemplos, relativo a processos de criação de UCs no litoral extremo sul da Bahia (banco dos Abrolhos – REVIS Baleia Jubarte e ampliação PARNA Abrolhos) e litoral norte do Espírito Santo (RDS Vale do Rio Doce) foi abordado considerando conflitos com setor pesqueiro artesanal. A importância de áreas marinhas protegidas para a manutenção de populações viáveis para a pesca foi reconhecida pelo grupo. Porém, questões referentes à legitimidade do procedimento adotado para a criação das UC, com falhas de comunicação entre governo, academia e sociedade civil foram apontadas.

Outro exemplo relacionado a criação de UCs foi referente ao caso da Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina. Existe um processo para a criação da Reserva de Fauna Baía da Babitonga nesta localidade e que apesar de mais antigo, tramita a passos lentos se comparado à propostas de licenciamento de empreendimentos do setor portuário.

Com relação à UCs da categoria RESEX, de maneira geral, foram apontadas fragilidades decorrentes da falta de articulação e reconhecimento de deliberações de seus conselhos por parte do ICMBio. Também foi relatada a problemática da falta de legitimidade de representantes dos conselhos e como isso prejudica as relações e ações de gestão com interesses coletivos.

Foi consenso que a ineficiência nos processos comunicativos e de construção coletiva de estratégias gera diversos conflitos para a gestão/criação de áreas protegidas, prejudicando a sociedade civil e a conservação da biodiversidade. Além da insuficiente integração entre atores governamentais e não governamentais, tema recorrente nas discussões, a carência de recursos e a existência de líderes comunitários não comprometidos com causas coletivas (*i.e.* presidentes de colônias de pescadores que não são do setor pesqueiro), bem como a falta de renovação de lideranças também foram relatadas como entraves para a criação de novas AMPs ou para implementação de AMPs já existentes.

Conflitos entre o setor pesqueiro artesanal e atividades de carcinocultura foram apontados, com ênfase no incentivo governamental (Ministério da Pesca e Aquicultura) à carcinocultura. Conflitos entre as pescas artesanal e industrial e alternativas para a valorização do pescado também foram abordados. Outro tema mencionado foi o movimento pela regularização dos territórios pesqueiros (Campanha nacional pela regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras).

A partir da apresentação dos resultados obtidos nos dois grupos (Gestão e Conservação de áreas protegidas), foi aberto para que os demais sugerissem: como os resultados da ouvidoria poderiam ser encaminhados para o governo ou para outras instituições, no sentido de estabelecer parcerias e estimular a captação de recursos, elaboração e execução das campanhas e moções levantadas como resultado. Foram sugeridos assim:

- Promover a integração da comunidade frente a criação de áreas protegidas, elaborar seminários, encontros e discussões, integrando assim os moradores locais;
- Promover a formação de mosaicos de proteção integrados, ou seja, no âmbito municipal, estadual e federal, contemplando as diversas esferas: social, econômica e ecológica. Fortalecendo a preservação de espécies, fluxo genético, aumento da produção pesqueira e outros;
- Buscar meios de proporcionar maior integração entre a academia, poder público e comunidade, com projetos de pesquisa realizados na comunidade que devem ser aplicados na mesma, trazendo benefícios;
- Necessidade de fortalecer programas de Estatística Pesqueira como forma de avaliação dos estoques pesqueiros, bem como toda fauna associada a diversas artes de pesca;
- Buscar meios de promover a valorização do Pescado, agregando valor aos produtos provenientes da pesca artesanal, garantindo que a prática e a cultura da pesca não se perca nas gerações futuras;
- Cobrar atenção dos governos sobre processos de criação de Unidades de Conservação solicitadas e em processo de criação;

- Buscar meios de real aplicação do conhecimento científico gerado para a governança do espaço marinho-costeiro;
- Buscar alternativas de melhorar a comunicação e envolver a maior diversidade de atores na governança do sistema marinho-costeiro nacional;
- O documento obtido na Ouvidoria do Mar deve ser utilizado como forma de apelo para o governo, pois foram abordados diversos assuntos que são de extrema importância para auxiliar na resolução de problemas costeiros-marinhos. Com isso foi questionado o Observatório do Litoral Catarinense sobre a autonomia do documento, bem como a possibilidade dessa Instituição encaminhar esse documento para o governo;
- Foi solicitada a disponibilização do documento final através do e-mail;
- Continuidade da Ouvidoria do Mar, como espaço costeiro-marinho para receber campanhas, moções, abaixo-assinados de instituições que necessitam dessa demanda. Foi sugerido criar espaço on-line, como: blogs e websites, como forma de comunicação entre as redes associadas a Ouvidoria do Mar. Professor Garreta sugeriu a estruturação de um blog, como forma de ecoar os resultados da Ouvidoria do Mar, fortalecer o compromisso das instituições e facilitar que cada uma desempenhe e agregue na escala local;

Reunião final: Síntese do trabalho em grupo

Primeiramente, foi feita uma apresentação sintética dos resultados e encaminhamentos gerais de cada sub-grupo. Em seguida, debateu-se sobre os canais de comunicação que existiam entre a Cúpula dos Povos e a Cúpula das Nações Unidas, particularmente com referência aos Diálogos de Desenvolvimento Sustentável sobre o tema Oceanos que iria ocorrer na manhã do dia seguinte (19/06/2012). Discutiu-se criticamente, nas linhas do informe divulgado pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil na Rio+20¹², este mecanismo de 'diálogo' e participação da sociedade civil considerado inovador pelo governo brasileiro. A opção adotada pelo grupo foi de não legitimar o processo por razões consoantes com o informe citado. Contudo, o grupo julgou pertinente acompanhar e para tanto designou o facilitador Leopoldo Cavaleri Gerhardinger para observar o processo no dia seguinte no Rio-Centro (síntese disponibilizada neste documento).

Debateu-se os grandes desafios que se impõem à sociedade civil frente à limitada capacidade de implementação de políticas públicas demonstrada desde a Rio 92. Neste sentido, foram proferidas palavras e pensamentos ressaltando a relevância de procura por modos de organização e mecanismos inovadores. Na finalização do evento, todos fizeram uma roda e cada um proferiu uma palavra síntese do seu sentimento sobre a Ouvidoria do Mar. Após esta dinâmica, foi feita uma Ciranda de encerramento.

¹² <http://cupuladospovos.org.br/2012/05>

Diálogos de Desenvolvimento Sustentável: Oceanos (19 de Junho de 2012)

O evento Diálogos dos Oceanos (*Ocean Dialogues*) foi facilitado por Phillippe Cousteau (neto de Jacques Cousteau). Abriu-se para a manifestação oral de cada integrante.

Caixa 1: Lista de recomendações para apreciação e votação no Diálogos de Desenvolvimento Sustentável (tema Oceanos).

1. Lançar um acordo global para salvar a biodiversidade marinha do alto-mar;
2. Desenvolver uma rede global de áreas marinhas protegidas internacionais;
3. Expandir e implementar arranjos institucionais internacionais para proteger o ambiente marinho de atividades terrestres;
4. Promover a criação de Áreas Marinhas Protegidas delineadas e co-manejadas por pescadores artesanais como ferramenta de garantir a governança e a sustentabilidade dos recursos pesqueiros em todo o planeta;
5. Manejo pesqueiro deveria ser de base-ecossistêmica, reconhecendo [*making allowance*] as necessidades de todos os componentes do ecossistema, incluindo predadores;
6. Procedimentos de manejo pesqueiro devem ser acordados entre os atores [*stakeholders*] sempre que possível, com medidas de manejo acordadas antecipadamente dentro de cenários realistas das futuras condições ecológicas e pesqueiras por vários anos;
7. Criar mecanismos de governança globais para preservar a biodiversidade e recursos genéticos em um cenário de crescente racionalização do ambiente marinho;
8. Evitar poluição oceânica por plásticos através da educação e colaboração comunitária;
9. Proteger os Oceanos adotando uma Carta Universal de Responsabilidades nas Nações Unidas;
10. Monitorar e promover esforço coordenado de pesquisa internacional sobre acidificação dos oceanos e seus efeitos sobre a vida marinha e ecossistemas.

Sr. Arthur Bogason (Islândia) - Icelandic National Association of Small Boat Owners

Se apresentou como um pescador preocupado com estado da pesca no planeta. Enfatizou inúmeras vezes que os sistemas de manejo pesqueiro precisam priorizar a pequena escala, que acumula conhecimentos passados através de gerações. Argumentou que os pequenos barcos de frotas costeiras usam artefatos de captura mais ambientalmente amistosos. A taxa de emprego é maior pois demanda três vezes mais pessoas que barcos maiores, sem deixar de lado a relevância do lucro. Além disto, este tipo de frota consome menor quantidade de óleo, até 10 vezes menos do que grandes barcos (ex. Islândia), e entre 3-5 vezes menor em média. Acrescentou que pequenas embarcações são construídas nacionalmente e assim fortalecem as pequenas

comunidades costeiras que foram fundadas com base em pescarias próximas de suas localidades. Ressaltou que unir o conhecimento tradicional com tecnologias modernas é o melhor caminho para o futuro.

Dr. Richard Delaney (EUA) – Provincetown Center for Coastal Studies

O palestrante substituiu Dra. Biliana Cicin-Sain que não pode comparecer por problemas familiares. Richard ilustrou que o Fórum Global para os Oceanos está trabalhando há 10 anos para estimular os países a fortalecer os governos a trabalhar as questões dos oceanos. Informou que no dia 16 de Junho participaram 375 pessoas no Dia dos Oceanos na Rio+20 e que foi produzida uma declaração síntese que está circulando e contém quatro pontos-chave: 1) fortalecer sistemas de governança como o aumento em escala do manejo de base ecossistêmica, manejo costeiro integrado, governança do alto-mar e a implementação de redes de AMPs; 2) triangulação da relação entre os impactos das mudanças climáticas nos Oceanos (ex. acidificação dos oceanos), segurança (alimentar, costeira, natural, humana); 3) poluição marinha (ex. lixo plástico e outros provenientes do ambiente terrestre) e; 4) questões relacionadas à pesca. O palestrante ainda acrescentou uma quinta questão: ignorância sobre os oceanos sugere necessidade de maiores investimentos em pesquisas. Recomendou que os oceanos devem ser pensados em termos dos serviços ecossistêmicos oferecidos.

Dr. Jean-Michel Cousteau (França) - Ocean Futures Society

Iniciou alertando que as coisas não estão melhorando para os Oceanos (100 milhões de pessoas nascem a cada ano). Declarou que nos dias de hoje entende-se muito mais quais são os problemas: emissões de CO₂, destruição costeira, mudanças climáticas, acidificação, lixo (plástico e também aquilo que não se pode enxergar), questão de pesca. Comentou que graças ao avanço na comunicação, todos estão conectados e podem fazer a diferença. Insistiu na questão de educação e ciência, reconhecendo que graças à ciência sabemos o que está se passando. Defendeu que precisamos proteger os sistemas de suporte da vida. A título de exemplo, declarou que sem água não existe vida e que só existe um sistema aquático no mundo. Clamou para que o foco seja na proteção dos oceanos em alto-mar, pedindo 20% de proteção e sugerindo o voto nas recomendações 3, 4 e 7.

Dr. Sylvia Earle (EUA) - Mission Blue Foundation

Iniciou declarando que ela veio de um outro planeta que tinha menos CO₂, menos pessoas (2 bilhões) e quase o dobro de corais. Lembrou que tudo o que fizemos agora terá um efeito magnificado no futuro pois estamos em um *sweet spot* na história. Lembrou que já aprendemos sobre os oceanos mas que perdemos mais ainda. Declarou que daqui a 20-50 anos será muito tarde para tomar decisões e que agora é preciso ação e não apenas palavras. Elucidou que hoje nós conhecemos a situação, e antigamente algumas pessoas pensavam que o oceano poderia nos dar tudo que quiséssemos. Hoje é preciso agir sobre aquilo que conhecemos. Lembrou, por exemplo, que alguns peixes vivem mais de 100 anos mas são vendidos por poucos dólares no mercado. Declarou que é muito difícil viver em um planeta com 7 bilhões de pessoas e que precisamos ser

mais sábios. Ressaltou que este é um momento na história para criar as resoluções, para agir na questão de governança de alto-mar e outras decisões que irão nos ajudar a manter os sistemas de suporte que nos mantém vivos. Por fim, sugeriu votação nas recomendações 3, 4 e 7.

Dr. Segen Farid Estefen (Brasil) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

O palestrante tratou sobre o importante papel da Ciência e Tecnologia na reversão dos impactos ambientais causados pelas práticas atuais. Listou temas como a gestão pesqueira, emissão de CO₂ e poluição. Disse acreditar que a conservação dos oceanos está associado à implementação de novas práticas sustentáveis e à inclusão social. Descreveu o exemplo da geração de energia por ondas, diferenças de temperatura, entre outras tecnologias. Todavia, declarou a importância de se trabalhar a governança e regulamentação. Ressaltou que extremo cuidado deve ser exercido pelos países em desenvolvimento em relação ao que se denomina de transferência de tecnologia. Caso contrário, pode-se repetir um modelo econômico distorcido, pois todas as nações devem educar a juventude na ciência e na tecnologia, garantindo localmente para os oceanos a sustentabilidade com inclusão social. Argumentou que podemos construir mecanismos de governança para os oceanos com base no respeito mútuo, e a Rio+20 é uma oportunidade sem volta para se aproveitar os próximos anos mas começando desde agora.

Dr. Robin Mahon (Barbados) - University of West Indies

O palestrante iniciou declarando que vem de uma ilha pequena e que desde cedo em sua carreira entendeu que só pode haver sucesso na sustentabilidade quando há envolvimento com vizinhos que também compartilham os oceanos. Argumentou que todas as recomendações expostas no painel são importantes e devem ser postas em ação. Contudo, destacou que para que estas ações tenham sucesso se faz necessário suporte em nível regional e global. Infelizmente, segundo sua percepção, ainda há uma lacuna na visão de governança global dos oceanos. Para ele os problemas atravessam as escalas e portanto as soluções necessárias também precisam cruzar as escalas. Fez um apelo aos governos que é tempo de conseguir o mandato e suporte para se atacar o problema na escala em que estão ocorrendo. Deixou explícito que não está falando de arranjos burocráticos de cima-para-baixo. Defendeu que arranjos inovadores são necessários, que permitam utilização integral dos blocos de construção de menor nível (regional, nacional e local) para que os arranjos globais reflitam os valores e contribuição dos atores de níveis menores. Argumentou pela garantia de envolvimento de pescadores e outros atores, para que sua contribuição impacte não apenas o nível local mas que chegue até o nível em que as decisões sobre os ecossistemas precisam ser tomadas.

Focando-se sobre *‘blocos de construção regionais’*, citou como exemplo: 1) grandes ecossistemas (*Large Marine Ecosystems*); 2) Mares Regionais (*Regional Seas*); 3) Áreas de Pesca da FAO (*FAO Fishing Areas*); 4) Eco Regiões (*Eco Regions*) entre outras. Ressaltou que é preciso racionalizar e começar a lidar com a governança espacial dos oceanos no nível global, criando-se um mandato (*mandate*) para avançar nesta direção. Comentou que o texto oficial sendo discutido até o momento na Cúpula das

Nações Unidas é fraco neste sentido. Lembrou que grandes agências da ONU e agrupamentos de atores como o Fórum Global dos Oceanos também estão apontando estas questões. Elucidou que já temos os conceitos e ferramentas para estes tipo de arranjo em múltiplos níveis, faltando apenas o mandato para que sejam criados. Trouxe um pensamento sobre o alto-mar, mostrando que estas áreas representam a última fronteira que precisamos proteger. Clamou, portanto, que as pessoas votassem no número 4. Sugeriu também que se adote a abordagem ecossistêmica dada na opção número 2. Ainda, sugeriu votação na recomendação que busca promover entendimento sobre a acidificação dos oceanos.

Sra. Margareth Nakato (Uganda) - World Fishermen Forum

A palestrante refletiu sobre qual seria a recomendação mais sensível aos modos de vida de pescadores locais de pequena escala. Contudo, ao associar-se com algumas destas recomendações, ela não sentiu que estas carregavam a mensagem que ela julga importante ser apresentada neste momento. Declarou então que decidiu-se pela recomendação número 10. Comentou que sente falta da inclusão de garantias de acesso aos territórios terrestres, à água, aos recursos pesqueiros e especial menção aos direitos humanos relacionados ao desenvolvimento, uso e manejo da pesca. Argumentou contra a privatização dos recursos pesqueiros (*i.e.* sistemas de quotas) que atribuem os ganhos para indivíduos ao invés das comunidades pesqueiras. A segunda recomendação defendida foi a número 2 pois sugere fortalecer os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Justificou a sua terceira recomendação por acreditar que é preciso criar um modelo de valores para proteção dos oceanos. Em sua opinião, este modelo deve incluir não somente os instrumentos legais mas também contribuição das organizações sociais (particularmente pescadores de pequena escala) no desenvolvimento de valores atribuídos aos pilares do desenvolvimento sustentável.

Declarou que gostaria de ver o apoio dos governos na implementação de instrumentos que já existem e mecanismos monetários para atingir objetivos sociais e de desenvolvimento sustentável para a pesca. Fez um apelo para que todos votassem nas recomendações que ela sugeriu não pelo que consta escrito, mas pelo que foi argumentado sobre a provisão de comida e vulnerabilidade das comunidades de pescadores de pequena escala às injustiças sociais e também às mudanças climáticas.

Dr. Ussif Rashid Sumaila (Nigéria) - Fisheries Centre and Fisheries Economics
Research Unit, British Columbia University

O primeiro ponto que o palestrante abordou refere-se à uma condição, qual seja, a que os oceanos representam a fundação para qualquer economia independente de sua sofisticação. Através de exemplos, ilustrou que a natureza é necessária para qualquer economia funcionar, mas que as economias retiram os bens da natureza e devolvem o que não é útil (*ex.* poluição, CO₂, plástico, etc). Citou Adam Smith em uma palestra em Londres (1722) quando declarou que a Terra e tudo que ela possui pertence às futuras gerações e a geração atual não pode bagunçar os seus direitos. Voltando-se à questão dos oceanos, o palestrante articulou os peixes como indicadores do que acontece nos oceanos. Citou que não há discordância sobre a condição ruim em que se encontram os estoques de peixe globalmente. Completou que os argumentos giram em torno do quanto ruim estão os estoques. Reiterou que estamos capturando muitos peixes, os

oceanos estão esquentando e acidificando e os peixes não estão se sentindo bem, pois além de tudo estamos destruindo os seus habitats (*i.e.* pesca de arrasto).

Lembrou que existe um custo para a sociedade em função desta situação. Apresentou uma estimativa recente que será publicada no jornal Plos One sobre o que o mundo está perdendo ao não manejar adequadamente os recursos pesqueiros. No total, estamos perdendo entre 10-20 milhões de toneladas de peixe por ano. Para o palestrante, este número revela sérias questões de segurança alimentar e econômica. Comentou que para cada dólar gasto com o manejo pode-se ganhar 3-7 dólares em retorno. Ressaltou que falta vontade política para transformar a situação.

Pontuou que é preciso acabar com a sobrepesca. Descreveu que temos 2,5 vezes mais barcos do que precisamos. Defendeu que é preciso também restaurar e reconstruir as pescarias. Argumentou que precisamos paralisar as pescarias ilegais, e denunciou a situação de saqueamento de recursos pesqueiros na África. Pontuou também que é preciso cuidar dos peixes que vivem fora da jurisdição nacional, conhecidos como os ‘*órfãos dos oceanos*’. Neste sentido, apelou pelo fortalecimento de arranjos de governança nestas regiões. Por fim, articulou a questão dos subsídios perigosos (*harmful*). Defendeu que ao reduzir estes subsídios, diminui-se a sobrepesca assim como os incentivos para a prática de pesca ilegal nas áreas além da jurisdição nacional. Apontou que estes recursos devem ser aplicados na transição para boas práticas de pesca.

Mr. Shaj Thayil (Singapore) - Technical Services and Ship Management

Iniciou reconhecendo os serviços que os Oceanos oferecem em termos de comida, transporte, energia, água e regulação do clima. Descreveu os impactos que estamos colocando sobre os Oceanos: sobrepesca, poluição (óleo e químicos industriais, plásticos, etc.), emissão de CO₂ por embarcações e espécies invasoras que são carregadas para outras áreas. Reconheceu, contudo, o sistema de navegação e transporte, especialmente a Organização Internacional Marítima (IMO) e a ONU que vêm buscando maior proteção e segurança nas atividades marítimas. Defendeu que estas vêm especialmente cuidando dos impactos do óleo e outras atividades que aumentaram entre 1990-2007 e que agora significativamente diminuíram.

Comentou que gostaria de abordar três questões. A primeira relacionada às emissões, particularmente o fato de que 1/3 é absorvido pelos Oceanos. Informou que a estimativa é de emissões atingindo 31,2 bilhões de toneladas e que nos últimos 20 anos aumentaram as emissões em aproximadamente 10 milhões de toneladas. Fez reflexões sobre as implicações da acidificação no impacto nos corais, comida e outras espécies marinhas. O segundo ponto abordado foi acerca do lixo, quando clamou por um acordo global e estruturas para lidar com a questão. O terceiro ponto destacado refere-se ao impacto de espécies invasoras carregadas junto à água de lastro de navios. Quanto à convenção internacional de 2004 que controla água de lastro e sedimentos, lembrou que alguns países ainda não se comprometeram para que a convenção possa ser implementada. Finalizou com uma passagem que diz que nós tomamos os oceanos emprestados dos nossos filhos.

Sra. Asha de Vos (Sri Lanka) - Western Australia University

Destacou que um dos principais resultados desde a Rio 92 foi inserir os oceanos na agenda global. Reconhecendo este resultado, defendeu que o futuro que queremos não está daqui a 20 anos e sim agora ou amanhã. Ressaltou que dependemos muito dos governos mas que todos são parte do problema e também por isto ao invés de depender tanto das abordagens de-cima-para-baixo (*top-down*), precisamos evoluir uma forma nova de pensar; temos que empoderar as pessoas com conhecimento para que possam tomar decisões informadas. Apontou que vivemos neste mundo de tecnologia digital e mídia social e precisamos abraçar as ferramentas que estão em nossas mãos. Abordou a relevância de divulgar as questões sobre Oceanos, e manter as pessoas excitadas suficientemente para que possamos ver as mudanças positivas. Teceu outros argumentos sobre as abordagens de baixo-para-cima como única esperança. Listou recomendações, como a necessidade de considerar países desenvolvidos e subdesenvolvidos separadamente pois estes possuem prioridades e desafios diferentes. Destacou a importância de ação e não só das recomendações.

Argumentou que apenas assumir metas (*targets*) que parecem boas no papel não são suficientes. Defendeu também que criar ‘X’ Áreas Protegidas até uma nova data seja menos importante do que medir o sucesso de implementação das existentes. Denunciou que em sua região as áreas protegidas são *Parques de Papel* (*paper parks*). Refletiu que estas áreas estão piores provavelmente porque a única coisa que nós comunicamos às pessoas é que *ali é onde está o peixe*.

Destacou que o mundo precisa mais do que um único Diálogo, e tem dificuldades em selecionar as recomendações pois elas estão todas interligadas. Sugeriu a recomendação número 4 pois acredita ser a hora de fazer algo por parte do oceano que não está submetido à governança, antes que seja tarde. Sugeriu ainda, as recomendações número 1 e 10, pois elas refletem o tema da educação e envolvimento comunitário, tornando as pessoas parte das soluções.

O facilitador abriu para algumas questões e intervenções.

Intervenção N1: Sr. Saraday (Diretor de Assuntos Oceânicos e Lei do Mar, escritório de assuntos legais)

Comentou que como integrante das Nações Unidas não poderia subscrever a nenhuma recomendação mas poderia dividir ideias no nível humano. Argumentou que não temos um vácuo de regramento pois a Lei do Mar já foi aberta para assinaturas há 30 anos na Baía de Montego. Lembrou que mais de 150 países estiveram presentes e concluíram esta convenção abrangente e detalhada que possui 320 artigos e é frequentemente referida como a Constituição dos Oceanos. Recordou que a convenção começou a valer a partir de 1994 quando 60 assinaturas foram atribuídas. Argumentou que esta convenção oferece um enfoque para todas as atividades realizadas nos oceanos. Por fim, ressaltou que 34 nações ainda não compõem esta convenção e demonstrou esperança que estas assinem em seu aniversário de 30 anos.

Intervenção N2: Sr. Senador Rodrigo Rolemberg (Brasil)

Contextualizou os enormes desafios para conservação dos oceanos em função das mudanças climáticas. Sugeriu que o avanço da exploração de petróleo em alto-mar está associado ao agravamento do aquecimento global. Questionou como os painelistas avaliam a possibilidade de equacionar este paradoxo no contexto do modelo capitalista. Quanto à segunda pergunta, descreveu o baixo grau de comprometimento histórico dos países na conservação da biodiversidade marinha. Questionou ainda como avaliam o engajamento dos países em estabelecer zonas de proteção ambiental em suas áreas territoriais e um regime internacional para o alto mar.

Respostas Intervenção N1

Sylvia Earle argumentou que a economia não pode ter sucesso se o ambiente não obtém sucesso. Lembrou que estamos consumindo bens naturais e pela primeira vez temos o conhecimento para reconhecer os limites planetários. Ressaltou que é encorajador estar armado com este conhecimento. Contudo, destacou que menos de 1% dos oceanos estão completamente protegidos, e que este valor nos ambientes terrestres gira em torno de 12-14%. Elucidou que estes valores são insuficientes para nos manter vivos. Finalizou alertando que este é o momento para proteger os sistemas que dirigem nossas economias e segurança, que nos mantém saudáveis e nos permitem viver.

Segen Farid Estefen argumentou que estamos em uma fase de transição e que teremos ainda, infelizmente, por algumas décadas, o petróleo como uma das fontes energéticas. Anunciou que seu instituto está buscando utilizar a infra-estrutura que possuem na área do petróleo para tratar das energias renováveis. Comentou as pesquisas na área de utilização das ondas do mar para geração de energia. Disse acreditar que se deva caminhar para a era pós-petróleo e para isto a comunidade científica internacional precisa de recursos para trazer as ferramentas para se mudar de uma economia para outra.

Jean-Michel Cousteau disse não acreditar que seja possível eliminar a indústria do óleo, mas acredita que podemos trabalhar com eles para fazer a transição para energias renováveis que irão mantê-los nos negócios. Clamou ao Brasil para que se torne um país líder e que inspire outros a manejar os recursos. Congratulou a Austrália que criou a maior rede de Parques Marinhos durante a Rio+20 (3,1 milhões de km²).

Intervenção N3: Sr. Olav Kjørven (Secretário-Geral Assistente do Bureau de Políticas Internacionais do UNDP)

Declarou que os maiores problemas nos oceanos estão acelerando em grau de seriedade. Disse acreditar que todos sabem que existem fracassos de mercado e de políticas causando e dirigindo a aceleração dos problemas. Discorre que por sua experiência julga que não é necessário enormes financiamentos públicos e fluxos financeiros para catalisar mudanças que são necessárias. Citou os exemplos da pesca, água de lastro e o lixiviamento de água de agriculturas. Afirmou acreditar que existam modelos que podem ajudar a catalisar o financiamento para a transformação. Questionou quais seriam os mecanismos mais adequados para que se alcance a transformação catalítica.

Respostas Intervenção N3

Rashid Sumaila julgou como uma questão difícil e declarou que tenta fazer pesquisa que demonstre com clareza aos tomadores de decisão e ao público quais os benefícios e como catalisar. Sugeriu que informação e envolvimento do público é crucial em democracias e até mesmo em países não democráticos.

Arthur Bogason declarou que cientistas e pescadores devem trabalhar de mãos dadas pois o conhecimento dos pescadores é muito valioso. Quanto ao manejo de sistemas pesqueiros, disse acreditar que é necessária a implementação de recompensas para as boas práticas. Citou o exemplo das recompensas dadas à prática de espinhel que usam petrechos ambientalmente sensíveis. Disse acreditar que estas recompensas precisam ser dadas também àqueles que consomem menor quantidade de combustível.

Robin Mahon declarou que o valor total dos serviços e bens ecossistêmicos não são apreciados e vão além dos peixes. Serviços como proteção costeira e *uptake* de nutrientes são exemplos que podem ser incorporados nas avaliações econômicas e na tomada de decisão.

Jean-Michel Cousteau alertou que se está enfatizando demais a questão da pesca. Declarou que está do lado dos pescadores, mas que diante da bancarrota na pesca é preciso avançar no cultivo de peixes como se fez em sistemas terrestres (grãos e herbívoros).

Intervenção N4: Sr. Miller Dias (estudante de Teologia)

Tratou da questão da educação, questionando como fazer para incluir como obrigatório uma disciplina no currículo escolar (*i.e.* pré-escola) que trate da sustentabilidade e prepare a sociedade.

Respostas Intervenção N4

Sylvia Earle lembrou que hoje qualquer criança tem acesso ao conhecimento que está disponível em novos meios de comunicação. Defendeu a importância de se difundir o conhecimento sobre o papel do homem na natureza e o impacto desta sobre nós. Argumentou que estamos alcançando os limites planetários e que isto está apontado em pesquisas recentes. Disse acreditar que enfrentamos riscos que nenhuma outra geração enfrentou mas que hoje temos o conhecimento que não se tinha antes. Clamou para que todos se engajem e reconheçam os limites existentes no conceito de sustentabilidade. Por fim, destacou que estas questões devem ser fundamentais em todos os níveis escolares pois em primeiro lugar, precisamos viver.

Jean-Michel Cousteau destacou a relevância do tema Educação e clamou aos jovens que assumam a liderança e inspirem outras pessoas neste país, que está explodindo.

Richard disse acreditar que precisamos algo além dos currículos para tratar de valores, incluindo envolvimento da mídia e dos políticos para que comuniquem os problemas de consumo, reciclagem e mudanças climáticas. Se disse otimista pois o tema Oceanos obteve maior visibilidade na Rio+20 do que em 1992.

Encaminhamentos Finais DDS - OCEANOS

O facilitador Philippe finalizou o período de questões e explicou as instruções para a votação do público diante das 10 propostas de recomendação. Enquanto transcorria a votação, abriu-se a fala para a intervenção do painel de especialistas.

Shaj Thayil declarou que além de priorização da Educação, é necessário foco na Implementação. Após sua colocação, o resultado da votação do público foi anunciado. A primeira recomendação foi a número 4 (lançar um acordo global para salvar o alto-mar). O facilitador agradeceu e anunciou que esta era uma recomendação na qual todos estavam pensando. Relembrou que a recomendação votada por mais de um milhão de pessoas on-line foi a de número 1 (evitar poluição por plástico através da educação e colaboração comunitária). O facilitador então comunicou que a próxima recomendação seria discutida pelo painel.

Robin Mahon informou que o painel se reuniu e conversou de maneira informal sobre as recomendações. Declarou que uma ideia que emergiu foi a de que estamos num ponto de virada quanto ao papel dos Oceanos no desenvolvimento sustentável. Disse que optaram por enviar uma mensagem que destaque que este tema precisa permanecer na agenda como um grande objetivo. A recomendação seria algo como *‘até a data de 2025 (ou algum prazo neste sentido a ser negociado) precisamos ter efetivos mecanismos globais, regionais e nacionais de governança implementados (in place) que leve a ecossistemas marinhos saudáveis, cuja saúde e biodiversidade seja regularmente monitorada numa escala global, com pescarias sustentáveis e manejo envolvendo todos os atores (stakeholders)’*.

Arthur Bogason sugeriu que as áreas costeiras são mais vulneráveis do que o alto-mar. Lembrou que já havia comentado sobre a importância de cooperação entre cientistas e pescadores, políticos e outros. Neste sentido, solicitou que os pescadores comerciais ativos presentes na plateia levantassem a mão. Então declarou que é pescador há 25 anos, que atualmente atua mais no nível recreacional, mas sugeriu que aparentemente nenhuma pessoa levantou a mão na plateia. Por este motivo, questionou o fato de estarmos tratando do futuro dos pescadores e o fato de não serem convidados em grande número para reuniões como esta. Após aplausos da plateia ele comentou que para ele isso significava que todos concordam que este convite deveria ser realizado.

Sylvia Earle declarou que também não enxerga peixes, baleias, recifes de coral ou crianças que não nasceram na plateia e que alguém precisa falar por eles também. Ela pontuou que este é um momento de transição em muitas fronteiras e que olhar peixes apenas como *commodities* é uma grande questão. Acrescentou que outros valores precisam ser considerados e que é preciso rever as abordagens destrutivas que estão sendo usadas em ampla escala para extrativismo. Por este motivo, defendeu que é preciso incluir o estabelecimento de grandes áreas protegidas em alto-mar.

Rashid Sumaila expôs que juntamente com alguns colegas fez cálculos que mostram que a produção pesqueira em alto-mar é relativamente pequena, em torno de 10% do total. Argumentou então que proteger estas áreas não irá impactar significativamente a fonte de comida e a perda de empregos será mínima pois os grandes barcos não envolvem muitas pessoas. Por fim, os lucros seriam quase nulos considerando a quantidade de subsídios financeiros. Quanto à recomendação do painel, sugeriu que a formulação elaborada por Robin deveria deixar mais explícita os objetivos concretos como acabar com a sobrepesca, reconstruir as pescarias, eliminar subsídios perigosos.

Margareth Nakato reiterou que os produtos da Rio+20 precisam enfatizar a importância dos pescadores de pequena escala. Argumentou pela incorporação destes

pescadores de pequena escala nos mecanismos de manejo dos recursos que estão sendo tratados. Estes devem manter a natureza de-baixo-para-cima, pois abordagens de-cima-para-baixo vem se provando destrutivas das culturas locais. Agradeceu a iniciativa do governo brasileiro em abrir espaço para a sociedade civil abordar questões de manejo dos oceanos. Contudo, clamou, assim como Arthur Bogason, para que a Rio+30 abra oportunidade para aqueles cujo assunto discutido é muito importante. Sobre o roteiro internacional para pescarias costeira e de pequena escala, lembrou que o comitê de pesca autorizou os países a conduzir consultas nacionais entre organizações de pescadores para entender o que gostariam de ver incluído nestes acordos internacionais.

Sylvia Earle procurou buscar uma combinação entre o que foi dito entre Pesca e Áreas Marinhas Protegidas através das recomendações 3 e 2.

O facilitador então complementou que poderia ser uma boa saída combinar as recomendações 2 e 3 inserindo a relevância de inclusão e participação de comunidades locais de pescadores. Questionou então ao painel se existe alguma outra questão e como ninguém se manifestou, acatou o silêncio de todos como um sinal de acordo. Apresentou por fim a fala final de Bruce Lalonde (Secretário co-executivo da Rio+20) e Gilberto Cavallo (secretario geral da presidenta do Brasil).

Bruce Lalonde agradeceu a participação de todos os atores nos diálogos que procuraram envolver a sociedade civil. Disse que as 30 recomendações que deverão ser apresentadas aos chefes de Estado nas mesas redondas da conferência são claras e diretas. Para ele, estas recomendações pertencem a quatro campos, que ficarão mais claros com o tempo. Primeiro, a recorrente referencia à Educação e sua importância primária. Disse acreditar que este processo também permitiu muitas pessoas a se familiarizar com as questões relevantes. A segunda questão pertence às taxas e subvenções que prejudicam o meio ambiente. Lembrou que as taxas de transação financeira estiveram em debate, e neste ponto a sociedade olha mais à frente do que os governos. Observou que existe também a questão de definição de objetivos mensuráveis e com tempos de cumprimento claros. Por fim a questão da cidadania global, direitos de satisfazer necessidades básicas como água e comida e o uso dos recursos naturais sem que estes sejam monopolizados. Acrescentou a importante questão sobre empoderamento das pessoas, principalmente mulheres. Reiterou que as recomendações seriam levadas aos chefes de Estado [*neste momento o microfone é interrompido*]. Retornou identificando a importância de manutenção do diálogo entre as conferências sob pena de ter-se que aguardar outros 20 anos. Finalizou comentando que as nações são importantes mas que não haverá avanço sem a participação das pessoas.

Gilberto Cavallo, em reconhecimento aos colaboradores dos Diálogos, nomeou especialmente André Corrêa do Lago, Brice Lalonde e o Ministro Julio Bitelli. Estes trabalharam juntos e foram assessorados pelo Ministério das Relações Exteriores, da ONU Secretaria Geral da Presidência da República. Sugeriu que a Rio+20 é o maior evento da história da ONU do ponto de vista da participação social. Ressaltou os seminários, encontros, workshops e debates que reuniram os pensamentos e propostas da sociedade civil e dos governos. Lembrou da Cúpula dos Povos e reiterou que todos visitem '*Esta grande festa da democracia*'. Informou que a proposta dos Diálogos começou em um encontro entre a ONU e o governo brasileiro no mês de Abril. A partir disto ofereceu-se uma plataforma para sugestões dos temas que deveriam ser debatidos nos Diálogos. Informou que mais de 12 mil pessoas fizeram sugestões, 63 mil pessoas votaram virtualmente alcançando cerca de um milhão e trezentos mil votos escolhendo os 10 temas debatidos pelos painéis. Informou ainda que a média de pessoas em cada dia foi de 1300 que, através do voto e da palavra, puderam dar sua contribuição. Lembrou que as trinta sugestões selecionadas serão levadas ao segmento de alto-nível e

estarão estampadas nos anais da Rio+20. Reiterou que a Rio+20 não deve se resumir aquilo que ocorrerá nos eventos dos próximos dias e que o esforço deve continuar e fazer com que seja um novo marco para o desenvolvimento sustentável como foi a Rio 92. Declarou que só a democracia participativa, em que cada cidadão é chamado a contribuir, nos ajudará a encontrar os caminhos adequados para a humanidade. Disse acreditar que este novo método de participação veio para ficar, e que futuramente aprenderemos com os erros e acertos. Disse que deseja que seja crescente a participação da sociedade civil.

Philippe Cousteau finalizou com uma frase de Martin Luther King “*Não temos tempo para a droga tranquilizadora que é o gradualismo*”.

Caixa 2: Lista de proposições aprovadas no Diálogo de Desenvolvimento Sustentável (tema Oceanos).

1. Evitar poluição por plásticos através da educação e colaboração comunitária (sugestão do público via web);
2. Lançar um acordo global para salvar a biodiversidade marinha do alto-mar (sugestão do público presente);
3. Adotar ação imediata para desenvolver uma rede global de áreas marinhas protegidas, enquanto se promove manejo ecossistêmico das pescarias, com especial consideração para os interesses da pesca de pequena escala (sugestão do painel de especialistas).

Avaliação geral do campo socioambiental sobre a Rio+20 (23 de junho de 2012)

No dia 23 de junho de 2012 ocorreu uma reunião na tenda n.1 Vasconcellos Sobrinho (FBOMS - Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais) para avaliação das atividades do Campo Socioambiental durante a Cúpula dos Povos. O objetivo foi pensar a trajetória dos eventos no Rio de Janeiro (Rio+20) e como poderia oferecer orientações para o futuro.

Em termos gerais, a fase de preparação para a Rio+20 parece ter trazido um sentimento de renovação do campo socioambiental ligado à FBOMS.

Quanto ao resultado da conferência oficial, este pode ser considerado fraco e insuficiente pois não vinculou compromissos mandatórios. Esperava-se, por exemplo, que um grupo fosse criado para levar adiante a discussão sobre metas objetivas para o desenvolvimento sustentável. Contudo, esta questão não foi incluída no documento final. Esperava-se também a criação de uma Ouvidoria das Futuras Gerações e do Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste aspecto, apenas uma recomendação foi incorporada ao documento e sem definição de papéis. Sobre a responsabilização e transparência das corporações transnacionais (parágrafo 47), criou-se apenas um grupo (Dinamarca, México, Brasil e África) para discussão futura. Algumas questões importantes foram omitidas do documento final da ONU, como o direito reprodutivo das mulheres e menção aos limites planetários.

Foi destacado que quando o Brasil passou a liderar as negociações, apresentou uma nova versão do documento, e as negociações passaram a ser fechadas para as ONGs e imprensa. A partir deste momento mudou também o mecanismo de negociação, pois agora qualquer nova alteração do documento deveria ser discutida paralelamente.

Outros documentos divulgados neste período trouxeram críticas ao processo oficial, dentre eles o intitulado *'The future we want'*¹³ e uma carta aberta assinada por um conjunto de lideranças nacionais e internacionais. Comentou-se que um outro documento será elaborado pelo Grupo Articulador da Cúpula dos Povos.

Em relação à participação da sociedade civil, esta foi considerada tímida ao longo de todo o processo oficial de negociação. O mecanismo criado pelo Brasil chamado *"Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável"* não foi representativo mas configura-se como um procedimento para ser futuramente explorado.

Em termos gerais, notou-se um grande nível de dispersão nos eventos do Rio de Janeiro como um todo. A dispersão espacial prejudicou a comunicação entre os debates, assim como as diferentes linguagens utilizadas (inclusive na Cúpula dos Povos).

Com relação à participação da sociedade civil, surgiu a impressão de que a seu poder de interferência no texto do documento foi maior na Rio 92 se comparado à Rio+20, mesmo com alguns canais 'oficiais/formais' criados em 2012. O alto nível de formalização foi sugerido como uma potencial causa de 'travar o sistema' com mais protocolo do que efetivamente participação. Embora o nível de participação das ONGs no processo oficial tenha sido baixo, a Cúpula dos Povos trouxe maior coesão para o campo socioambiental. Comentou-se que esta convergência não pode ser perdida e deve ser fortalecida. Surgiu também uma reflexão sobre a importância do trabalho enquanto instituição, mas com valorização cada vez maior dos trabalhos em Rede, com o cuidado

¹³ http://www.un.org/en/sustainablefuture/pdf/rio20%20concludes_press%20release.pdf

de manter a diversidade institucional e a coesão, pois ‘uma estratégia do sistema é dividir para imperar’.

Discutiu-se a necessidade de avançar em metodologias acopladas à dinâmica e avanço dos movimentos sociais. Neste sentido, deve-se dar continuidade aos encontros do Fórum Social Mundial e pautar melhores estratégias para lidar com a multiplicidade. Ainda em relação ao método da Cúpula dos Povos, algumas entidades do GA queriam apenas Assembléias, mas por articulação do campo socioambiental as atividades auto-gestionadas também foram aprovadas. Estas atividades foram importantes para que as ONGs mostrassem suas bandeiras, como a questão do Código Florestal e oposição à expansão da energia nuclear e a conservação dos oceanos. Foi sugerido que estes temas não apareceram no documento final da Cúpula dos Povos por não haver acordo entre movimentos como a Central Única dos Trabalhadores e Via Campesina. Questões e temas importantes não puderam convergir para os documentos da Cúpula dos Povos, como a questão da problemática nuclear e questões costeiras-marinhas.

Neste sentido, criticou-se que as temáticas discutidas e produzidas nos dias 18 e 19 de junho de 2012 não tenham entrado nas plenárias de convergência. Criticou-se também a gestão da informação da Cúpula dos Povos e o papel desempenhado pelas tendas do FBOMS como espaço onde as pessoas podiam obter informações. Estes espaços foram também fundamentais para garantir que algumas demandas não absorvidas pelo Grupo Articulador da Cúpula dos Povos pudessem ser atendidas.

Comentou-se que o documento final da Cúpula dos Povos já estava pronto desde o dia 13 de junho (inclusive foi encaminhado à ONU antes da última Assembléia Geral), e que as campanhas e agendas criadas não atenderam às expectativas. Neste aspecto, comentou-se que a luta relacionada ao Código Florestal (que não aparece no documento da Cúpula dos Povos) deve ser uma grande agenda futura.

Nesta agenda futura, deve-se fortalecer a construção de alianças políticas e aglutinação de movimentos que fortaleçam o campo socioambiental. Neste sentido, destaca-se a criação (durante a Rio+20) de uma Rede Latino Americana e do Caribe de ONGs e Movimentos Sociais.

Contudo, discutiu-se a importância de cuidar das alianças junto à segmentos e corporações em que predominam interesses econômicos e financeiros (*i.e.* indústria automotiva e do petróleo). Comentou-se que alguns segmentos do GA estavam preocupados em proteger a presidente (Dilma Rousseff) de críticas, mas não foi possível. Outra crítica refere-se à algumas grandes ONGs que optaram por articular diretamente com os governos e pouca integração com demais ONGs.

Entende-se que a crise econômica está chegando no Brasil e que o governo brasileiro é fundamentalmente capitalista. A economia verde, da maneira como vêm se apresentando, parece ser um instrumento das grandes corporações que querem sair da crise fazendo com que os investimentos sejam “pintados de verde”.

Levantou-se a importância de valorizar o Estado nas discussões do campo socioambiental, pois este é a membrana necessária entre governos e sociedade. Neste aspecto, foi sugerido que existem pessoas sensíveis no Estado e que estas deveriam ser percebidas e valorizada pela sociedade civil.

Em termos gerais, foi comentado que permanece um acentuado preconceito com as ONGs, que não são consideradas movimentos sociais pela maioria dos integrantes do Grupo Articulador. Este pode ser um problema grave pois denota uma falta de entendimento do papel das ONGs no cenário socioambiental.

A Cúpula dos Povos representou a possibilidade de retomada da unidade nas lutas sociais e ambientais. Possibilitou o estabelecimento de novas conexões entre pessoas e instituições, sendo considerada como um espaço para renovação e

fortalecimento do movimento socioambiental no Brasil. Contudo, ainda há muito o que se desenvolver quando considerado o poder de articulação institucional.

A necessidade de manutenção das articulações após o período do evento foi considerado como um dos maiores desafios, e da mesma forma, buscar uma linguagem capaz de unificar diálogos entre ONGs e estado sem que se perca a diversidade de demandas.

Moções e Manifestos

Dentre as instituições que responderam à segunda chamada e encaminharam as fichas de adesão, algumas enviaram propostas de encaminhamentos para apoio à causas pelas quais estão trabalhando. Segue abaixo a transcrição das propostas ordenadas pela ordem alfabética das instituições proponentes:

1- Manifesto pela criação de Unidades de conservação Marinhas (CI Brasil);

2- A comprovada preocupação e utilização do litoral da Bahia para a reprodução e criação da baleia-jubarte *Megaptera novaeangliae*, torna necessária a tomada de medidas efetivas de proteção da espécie relacionadas aos impactos antrópicos a que ela se encontra suscetível, estejam eles relacionados ao tráfego de grandes embarcações, ao emalramento em redes de pesca, à contaminação industrial e poluição dos mares (residuais e sonoras) e ao molestarmento por barcos de turismo (Instituto Baleia Jubarte);

3- A Ouvidoria do Mar pode contribuir nas formulações de políticas públicas no Paraná e as experiências obtidas pelo Observatório Costeiro do Paraná poderão contribuir no diálogo por uma maior integração das atividades dos diferentes setores da região costeira (Instituto Federal do Paraná);

4- Políticas públicas para a pesca, incluindo fortalecimento de experiências com acordos de pesca para melhorar a situação socioambiental dos pescadores artesanais; fortalecer os manguezais como áreas de preservação permanente (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA / Núcleo de Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental - NPGEA);

5- Apoio a Campanha Nacional do Território Pesqueiro; Moção de apoio a criação da RESEX Rio Formoso-PE; Moção de apoio à criação de Áreas Marinhas Protegidas como ferramenta para aumento dos estoques pesqueiros (Instituto Recifes Costeiros);

6- Fim da prática da pesca de arrasto; períodos de defesos mais longos; maior gerenciamento da capacidade pesqueira; apoio da aquicultura sustentável como alternativa para as comunidades que vivem da pesca; aumento do tamanho e da quantidade de áreas marinhas protegidas (Laboratório de Ecologia e Conservação de Ambientes Recifais – LECAR);

7- Moção referente a atuação do governo brasileiro com relação à situação da toninha (*Pontoporia bleinvillei*), única espécie de golfinho ameaçada de extinção no Brasil (Projeto Toninhas / Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ – UNIVILLE);

8- Gostaríamos de participar da construção de uma rede de integração de redes costeiras e marinhas (ICSF International Collective in support of Fishworkers, India);

9- Implantação de políticas públicas contrárias à implantação de novas usinas termoelétricas movidas carvão, petróleo e gás, ou qualquer outro combustível fóssil, bem como o desenvolvimento e implantação usinas com uso de fontes renováveis, tais como energia eólica, solar e biomassa; consolidação de espaços públicos não-estatais e a capacitação para a gestão integrada e participativa em unidades de conservação de uso sustentável, tais como Reservas Extrativistas (RESEXs) e Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são oportunidades significativas nesse processo, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos nos últimos oito anos no Conselho Gestor da APA da Baleia Franca, situada no litoral Centro-Sul de Santa Catarina (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);

10- Gestão sustentável, justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental (Universidade Veiga de Almeida – Campus Cabo Frio\RJ – Cursos de Gestão ambiental e de Eng. Ambiental);

11- Lançar a certificação da pesca da lagosta na costa Leste do Ceará; apoiar a campanha popular de Projeto de Lei para garantir os direitos humanos e territórios das comunidades pesqueiras (mar e águas interiores) no Brasil; participar da construção de uma rede de integração marinha costeira (Instituto Terramar).

Agradecimentos

Agradecemos àquelas instituições e pessoas que demonstraram confiança e apoio voluntário para a viabilização da Ouvidoria do Mar no dia 18 de junho de 2012. O apoio do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e ao Campo Socioambiental na disponibilização das tendas no Aterro do Flamengo durante a Cúpula dos Povos foi fundamental para o êxito do evento. Também expressamos os sinceros agradecimentos à todos que contribuíram com a revisão do texto final.

Tabelas

TABELA I: Lista de presença na Ouvidoria do Mar (18 de junho de 2012) no período matutino (apresentações gerais).

Nome	Instituição/Grupo	E-mail
Adeildo Alves	MPPA	adeildoalves2012@bol.com.br
Adelita R.B. Granemann	Cúpula Peixeira	adelitarbg@hotmail.com
Adreoara Schmidt	Instituto Ilha do Campeche	andyoceano@gmail.com
Aline Teske Velho	UNESC	lineteske@hotmail.com
Amanda Bellettini Munari	UNESC	amandinha_bellettini@hotmail.com
Ana Carolina R. Zilli	Univali / LEA / Sala Verde	anacarolzilli@hotmail.com
Andréia Tonetto	UNESC	dheyinha_g@hotmail.com
Athila Bertoncini Andrade	UFF	athilapeixe@gmail.com
Beatrice P. Ferreira	UFPE/Oceanografia	beatrice@ufpe.br
Beatriz Mesquita	FUNDAJ / ICSF	mesquitabia@hotmail.com
Bruna Gomes de Oliveira	IB-USP	bububinha@gmail.com
Carlos Valle	UNIVALI	carlosvallejr@hotmail.com
Charles Augusto	Ospália	ospalia@gmail.com
Claudia Santos	Ministério do Meio Ambiente	biolsantos@hotmail.com
Deborah Santos Prado	Unicamp	deborah.stprado@yahoo.com.br
Denise F. Castro	FMA	denise@mamiferosaquaticos.org.br
Doroty Martos	FBOMS	ddoamartos@yahoo.com.br
Eduardo Camargo	CI-Brasil	e.camargo@conservacao.org
Evelyn Chierigatti	UFPR	evelynchierigatti@hotmail.com
Fabio de Castro	CEDLA-AMSTERDAM	f.decastro@cedla.nl
Fábio Vaccaro de Carvalho	ENEEA / CPA	fabio.carvalho@univali.br

Fabricio Gandini	Instituto Maramar	fabricio@maramar.org.br
Fabricio M. Matos	MIV	
Fernanda Terra Stori	Prefeitura Guarujá / SETUR	feterra@terra.com.br
Filipe Burigo	UNESC	felipe.burigo@hotmail.com
Flavia Amboss M. Leonardo	GEPEDES / UFES	flavia.aml@gmail.com
Gabriela Carvalho L.S.	IB-USP	gabigabigabiii@gmail.com
Gabriele Bis Meller	UNESC	gabriele.bis@hotmail.com
Gilka da Mata	Ministério Público RN	mata@digi.com.br
Gilmar Bonifácio	MIV (SC)	axegil@terra.com.br
Gisele Costa Fredo		gcfredo@yahoo.com.br
Gustavo Dal Toé Nobelli	GPDA/UFSC	gustavo.novelli@gmail.com
Gustavo Hallwass	UFRGS-RS	guswass@yahoo.com.br
Henrique P.P. Pereira	COPPE/UFRJ	henriqueppp@live.com
Henrique V. Pozo	USP-SP	pozohenrique@gmail.com
Hudson T. Pinheiro	UFES/Voz da Natureza	htpinheiro@gmail.com
Iara Mares Machado	Univali / LEA / Sala Verde / Cúpula Peixeira	iaramaresmachado@hotmail.com
Irismar		iris-valentin@bol.com.br (?)
Isadora Odebrecht	Sala Verde / Univali / Cúpula Peixeira	isadoraodebrecht@hotmail.com
Ivan Chami Gentil	Instituto GREMAR	ivan.gentil@gremar.org.br
Jennifer S. Cascaneto	UNESC	jennifer_sc@hotmail.com
João Paulo	GEPEDES / UFES	jplizoton@msn.com
Joice do S.F. Cabral	IFPA	joicecabral@yahoo.com.br
José Renato S.	UFRRJ/CPDA	jreporto3@gmail.com

Porto		
Juliana Adriano	FURB / NMD / UFSC	ju.adriano@gmail.com
Juliana Moreno	UFRJ / SOLTEC/ PAPESCA	julianareis.moreno@gmail.com
Kamila Ade. Oliva	UNESC	kami.oliva@gmail.com
Leopoldo Cavaleri Gerhardinger	Rede Meros do Brasil / Observatório do Litoral Catarinense / Cúpula Peixeira	leocavaleri@gmail.com
Letícia Albuquerque	UFSC	let_albuquerque@yahoo.com.br
Lia Raquel C. Galuppo	Univali / LEA	quelcg@hotmail.com
Lisa Campbell	Duke University	lcampbe@duke.edu
Lisiane de Oliveira	UNESC	carvalho.lisi@gmail.com
Luciana S. Lira		lucianaslima@gmail.com
Luciana Yolopma Kanis	IOUSP	lyxavier@usp.br
Maíra Borgonha	Projeto Meros do Brasil / UFF	mairameros@gmail.com
Maiti Mattoso Fontana	SocioAmbientar	maiti.fontana@gmail.com
Manoel Pedrosa	Instituto Recifes Costeiros	manoelpedrosaab@gmail.com
Marcel Ferrari	FAMAI – ITAJAÍ	marceleiz@hotmail.com
Marcieli B. Visentin	UNESC	marcielivisentin@hotmail.com
Maria da Gloria A. Santos	Colonia de Pesca z-13	santosmga@hotmail.com
Maria José Honorato Pacheco	Conselho Pastoral dos Pescadores	cppnac@cppnac.org.br
Mariana Clauzet	Unisanta –SP	mariana.clauzet@gmail.com
Mariana Paul de Souza Mattos	Univali / GEP	mattos.oceano@gmail.com
Marília Cunha Lignon	UNIFESP	cunha.lignon@gmail.com
Marina B. Rabello	UNESC	mari_rabello@hotmail.com

Marinete Silva Boulhosa	IFPA / Belém	neteboulhosa@gmail.com
Marion Glaser	ZMT/Bremen/Alemanha	marion.glaser@zmt.bremen.de
Marizelha Carlos Lopes	Movimento Pescadores e Pescadoras	nega.ilha@bol.com.br
Marjorie Madruga	Procuradoria Geral do RN	marjoriemadruga@rn.gov.br
Martinus Filet	Agencia Costeira	martinus@agenciacosteira.org.br
Mauro Cezar Rufino	Colônia de pescadores z13	coloniadepesca@yahoo.com.br
Mayara Jaeger	UNIRIO-LABIO	mayarajaeger@gmail.com
Mirella Cursino da Silva	Rede Meros do Brasil / SocioAmbientar	mirellacs@hotmail.com
Moisés C. Barbosa	LECAR	moyses.barbosa@yahoo.com.br
Monica Caetano	Grupo Santa Horta / Instituto Manioz	santahorta@gmail.com
Naiara Casagrande	UNESC	naiara.casagrande@hotmail.com
Naina Pierri	ICSF e UFPR	pierrinai@gmail.com
Natália Maragno	UNESC	natih_maragno@hotmail.com
Neilor	IFPA	
Nicole Chini Colonetti	UNESC	nicols_kc@hotmail.com
Noella Gray	University of Guelph (Canada)	grayn@uoguelph.ca
Odimar Napolini Junior	UNESC	napolinijunior@line.com
Paulo F. Garreta Harkot	Projeto Lixo Marinho	paulo.harkot@projetolixomarinho.org
Philipp Gorris	ZMT	philippgorris@gmail.com
Priscila Lopes	UFRN-RN	pfabiana@yahoo.com
Rafaela Bendo	UNESC	rafaelabendo@hotmail.com
Rebeca Valentim	UFRJ/PAPESCA/SOLTEC	rebeca.valent@gmail.com
Renata da Silva Possomai	UNESC	renata.possomai@yahoo.com.br
Renata M.C. Barbosa	LECAR	renata.mazzei@gmail.com.br

Renata Mello	IEDC/NUPAUB	rmce213@gmail.com
René Scharer	Instituto Terramar	fishnet@uol.com.br
Ricardo R. Passos	Tarrafa Elétrica	kadorrp@hotmail.com
Rodrigo Leão de Moura	UFRJ	moura@biologia.ufrj.br
Rosemary Nobre Pinheiro	Z13- São Mateus (ES) Colonia de Pescadores	rnp_mary@hotmail.com
Samara de Assunção	UNESC	samara_asuncao@hotmailco
Scheila Kindermann Campos	UNESC	scheilakindermann1@yahoo.com
Sebastian Mathew	International Collective in Support of Fishworkers (ICSF)	icsf@icsf.net
Sergio Cipolotu	Instituto Baleia Jubarte	sergio.cipolotti@baleiajubarte.org.br
Sidney Lianza	UFRJ/PAPESCA/SOLTEC	sidney@ct.ufrj.br
Silvia de Castro	TUIM Ambiental	silviacastrosc@gmail.com
Sival Silva Lima	RSP/PSB/RLA	sival.lima@gmail.com
Taiane Bekemkamp	ECOMAR/ Rede Meros do Brasil	taiane.admecomar@yahoo.com.br
Taylla Y. Sampaio Costa	UNESC	taysampaio@hotmail.com
Thiago F. Costa	Associação Ambiental Sol da Natureza – Vitória – ES	thiagofc@hotmail.com
Vera Maciel	PAPESCA/UFRJ/ Rede Solidária da Pesca	verafml@gmail.com
Vicente S. Klonowski	Secretaria Ambiental Macaé	vicente.klonowski@yahoo.com.br
Victor G.T. Trombeta		hills_cabelo@yahoo.com.br

TABELA II: Lista de presença na Ouvidoria do Mar (18 de junho de 2012), sub-grupo Áreas Marinhas Protegidas e Pesca.

Carlos Valle Junior	UNIVALI	carlosvallej@hotmai.com
Douglas Hockmann	UFRJ	doughackh64@terra.com.br
Eduardo Camargo	CI Brasil	e.camargo@conservacao.org

Fabiano Grecco de Carvalho	ECOMAR/Meros do Brasil	grecco@merosdobrasil.org
Fabricio Gandini	Instituto Maramar	fabricio@maramar.org.br
Francisco Shiki	Federacion Shuar - Fiesh (Ecuador)	shikwaimiaka@yahoo.es
Gabriela Carvalho	IB - USP	gabigabigabiiii@gmail.com
Gisele Costa Fredo		gcfredo@yahoo.com.br
Heloisa Dias	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	helocnrbma@uol.com.br
Henrique Callori Kefalas	USP	henrique.kefalas@gmail.com
Henrique P.P.Pereira	COPPE/UFRJ	henriqueppp@live.com
Hudson T. Pinheiro	Associação Ambiental Voz da Natureza	htpinheiro@gmail.com
Iara Mares Machado	UNIVALI-LEA	iaramaresmachado@hotmail.com
Isac Alves de Oliveira	APAPG	aapppedra@yahoo.com.br
Juliana Moreno	UFRJ/boltec	julianareis.moreno@gmail.com
Lara Possamai Wessler	UNESC	iarawessler@hotmail.com
Lia Raquel de Campos Galuppo	UNIVALI-LEA/ITCP	quelcg@hotmail.com
Luz Haro	Mujeres Rurales	luzharog@yahoo.com
Manoel Pedrosa	IRCOS	manoelpedrosab@gmail.com
Marcel Ferrari	FAMAI	marceleiz@hotmail.com
Mariana Paul de Souza Mattos	UNIVALI/GEP	mattos.oceano@gmail.com
Marizelha C. Lopes	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais	nega.ilha@bol.com.br
Moisés Carichioli Barbosa	LECAR/UFF	moyses_barbosa@yahoo.com.br
Philipp Gorris	ZMT	philippgorris@gmail.com
Rebeca Valentim	UFRJ/boltec	rebeca.valent@gmail.com
Renata M.C. Barbosa	LECAR/UFF	renata.mazzei@gmail.com
Sabrina Schneider	SócioAmbientar	emaildabina@hotmail.com
Samara de Assunção	UNESC	samara_assuncao@hotmail.com

Sergio Cipolotti	Instituto Baleia Jubarte	sergio.cipolotti@baleiajubarte.org.br
Sival Silva Lima	Rede Solidária da Pesca	sival.lima@gmail.com
Thiago J.F. Costa	Associação Ambiental Voz da Natureza	thiagoufc@hotmail.com
Vicente S. Klonowski	SEMA/Macaé	vicente.klonowski@yahoo.com.br
Victor G.T. Trombeta		hills_cabelo@yahoo.com.br

TABELA III: Lista de presença na Ouvidoria do Mar (18 de junho de 2012), sub-grupo Gerenciamento Costeiro Integrado.

Nome	Instituição/Grupo	E-mail
A.P.Lima-Green	IBGE/Pesca	limagreen@ibge.gov.br
Adelita R.B. Granemam	Cúpula Peixeira	adelitarbg@hotmail.com
Amanda B. Munari	UNESC	amandinha_bellettini@hotmail.com
Andreia Tonetto	UNESC	deynha_gio@hotmail.com
Beatriz Mesquita	Fundaj	mesquitabia@hotmail.com
Cláudia K. dos Santos	MMA	biolsantos@hotmail.com
Fabio Nunes	CMS/Santos	proffabiao@proffabiao.com.br
Fabio vaccaro de Carvalho		fabio.carvalho@univali.br
Fernanda Terra Stori	Prefeitura de Guarujá/SETUR	feterra@terra.com.br
Franciany Pereira	EWÉ - MG	franbraga85@yahoo.com.br
Gisele Costa Fredo		gcfredo@yahoo.com.br
Henrique V. Pozo	USP-PROCAM	pozohenrique@gmail.com
Ivan Chami Gentil	Instituto Greamar	ivan.gentil@greamar.org.br
Juliana G. dos antos	UGF	katg_love10@hotmail.com
Leopoldo Cavaleri Gerhardinger	Rede Meros do Brasil / Observatório do Litoral Catarinense / Cúpula Peixeira	leocavaleri@gmail.com
Letícia Albuquerque	UFSC	let_albuquerque@yahoo.com.br
Luiza Pacheco	Consultora ambiental independente	luizamottapacheco@gmail.com

Marcel Ferrari	FAMAI	marceleiz@hotmail.com
Maria José A. Pacheco	CPP-Nacional	cppnae@cppnae.org.br/zezepacheco@bol.com.br
Martinus Filet	Agência Costeira	martinus@agenciacosteira.org.br
Mirella Cursino da Silva	Rede Meros do Brasil/Ass. Socioambientar	mirellacs@hotmail.com
Natalia D. Lopes	UNESC/Cúpula Peixeira	nati_dfl@hotmail.com
Paulo F. Garreta Harkot	Instituto Lixo Marinho	paulo.harkot@projetolixomarinho.org
Paulo Medeiros	Brasília-DF	
Renata S. Possamai	UNESC	renata_possamai@yahoo.com.br
Scheila M. Campos	UNESC	scheilakindermann1@yahoo.com.br

Anexo A

FICHA DE ADESÃO – OUVIDORIA DO MAR INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA PLANEJAMENTO, SISTEMATIZAÇÃO E CONVERGÊNCIA

1) Instituição / Referências na Internet

Se possível, inserir uma breve contextualização sobre o histórico da instituição e referências na internet.

2) Missão e/ou objetivos da Instituição

Objetivos gerais e específicos da instituição.

3) Representantes no evento *Ouvidoria do Mar*

Nome(s)

Contato(s) (e-mail/telefone)

Disponível para participar no dia 18jun/manhã

Disponível para apoiar facilitação (18jun/manhã)

Disponível para apoiar sistematização (18jun/manhã-tarde)

Período de participação na Rio+20

4) Em termos gerais, como as reflexões que ocorrem no âmbito da sua instituição contribuem com os *Eixos Orientadores da Cúpula dos Povos*[1]?

4.1. *Causas estruturais das crises e injustiças sociais e ambientais, falsas soluções e novas formas de acumulação do capital sobre os povos e territórios*

4.2. *Soluções reais e novos paradigmas dos povos*

4.3. *Agendas, campanhas e mobilizações que unificam o processo da luta anticapitalista após a Rio +20*

5) Algum tema, abaixo-assinado, declaração, manifesto, moção ou pleito específico/geral é de interesse particular para articulação e mobilização no evento *Ouvidoria do Mar* e futuramente?

6) Por favor, encaminhe 5 imagens (fotos, ilustrações, etc) que simbolize os desafios que a sua instituição enfrenta na zona costeira-marinha.

[1] Informações detalhadas sobre os três eixos orientadores e metodologia geral da Cúpula dos Povos pode ser obtida em: www.cupuladospovos.org.br/2012/04/para-entender-a-dinamica-da-cupula-dos-povos

ANEXO B - Instituições que aderiram

Instituição / Pessoa	Referência na Internet	Representantes na Rio+20 Ouidoria do Mar (3 primeiros da tabela)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) - Núcleo de Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental (NPGEA).	www.ifma.edu.br	Clarissa Lobato da Costa clarissa@ifma.edu.br (98) 88242442
Laboratório de Biologia e Tecnologia Pesqueira/IB/UFRJ		Marcelo Vianna mvianna@biologia.ufrj.br
Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ - Programa Pesquisa Ação na Cadeia Produtiva da Pesca no Litoral Fluminense - Rede Solidária da Pesca	www.soltec.ufrj.br http://papescalitoralfuminense.blogspot.com http://redesolidariadapesca.blogspot.com	Sidney Lianza sidney@ct.ufrj.br Jorge A.S. Aziz jorgeaziz13@gmail.com Sival Lima sival.lima@gmail.com Rebeca V. Silva rebeca.valent@gmail.com
Curso de Engenharia Ambiental e Centro Acadêmico do Curso de Engenharia Ambiental da UNESC - Grupo de Pesquisa "Gestão de Recursos Hídricos e Restauração de Ambientes Alterados" / Laboratório de Gestão Integrada de Ecossistemas Costeiros.	www.unesc.net	Carlyle Torres Bezerra de Menezes cbm@unesc.net (48)91242765 Aldo Fernando Assunção aldo@unesc.net Scheila Kindermann Campos scheilakindermann1@yahoo.com/ (51)82260129
Instituto Maramar	www.maramar.org.br	Fabricio Gandini fabricio@maramar.org.br (13) 8136 1922
Universidade Veiga de Almeida - Campus Cabo Frio/RJ. Cursos de Gestão Ambiental e de Engenharia Ambiental.	www.uva.br	
Projeto Baleia Jubarte	www.baleiajubarte.org.br	Sergio Cipolotti sergio.cipolotti@baleiajubarte.org.br
Instituto Federal do Paraná (IFPR)/Campus Paranaguá.	www.ifpr.edu.br paranagua.ifpr.edu.br	Allan Paul Krelling allan.krelling@ifpr.edu.br
Projeto Lixo Marinho (Global Garbage): Lixo Global Praia Local.	www.projetoelixomarinho.org / www.globalgarbage.org	Paulo Fernando Garreta Harkot paulo.harkot@projetoelixomarinho.org
Laboratório de Ecologia e Conservação de Ambientes Recifais (LECAR)/UFF.	http://www.uff.br/lecar	Moysés Cavichioli Barbosa moyses_barbosa@yahoo.com.br (21) 83518042 César Augusto Cordeiro

		cammcordeiro@gmail.com (21) 82777331 Renata Mazzei renata.mazzei@gmail.com (21) 92017526
Prefeitura Municipal do Guarujá, SP	www.guaruja.sp.gov.br	Fernanda Terra Stori feterra@terra.com.br (13) 8111-4490
Projeto Toninhas (UNIVILLE)	www.univille.br www.projetotoninhas.org.br	
Instituto TERRAMAR	www.terramar.org.br www.portaldomar.org	René Schärer (85) 9921 0285 fishnet@uol.com.br
International Collective in support of Fishworkers, India (ICFS)		
Universidade Federal Fluminense/ Programa de Pós-Graduação em Biologia Marinha/ Laboratório de Biologia do Nécton e Ecologia Pesqueira - ECOPECA (UFF)	http://www.uff.br/ecopesca/wordpress http://www.uff.br/posbiomar	Maira Borgonha mairameros@gmail.com Áthila Bertoncini athilapeixe@gmail.com
Laboratório de Educação Ambiental/Sala Verde “Observatório de Educação, Saúde, Cidadania e Justiça Socioambiental do Vale do Itajaí - SC”/ UNIVALI	http://salaverdeitajai.blogspot.com.br	Ana Carolina Zilli anacarolzilli@hotmail.com Iara Mares iaramaresmachado@hotmail.com
Associação Socioambiental Itajaí – SC		Mirella Cursino da Silva (47) 99218760 Maiti Mattoso Fontana (61) 6182269086 Sabrina Schneider (47) 96636632
Gerência Costeira - Ministério do Meio Ambiente		Cláudia Regina dos Santos biolsantos@hotmail.com
Fundação Mamíferos Aquáticos		Denise de Freitas Castro denise@mamiferosaquaticos.org
CI Brasil		Guilherme Dutra g.dutra@conservation.org Eduardo Camargo e.camargo@conservation.org
Instituto Recifes Costeiros - IRCOS		Manoel Pedrosa
Conservação e Gestão de Commons	http://www.nepam.unicamp.br/commons	Cristiana Simão Seixas